



Respeito na Escola

3ª
EDIÇÃO

E D U C A Ç Ã O E M D I R E I T O S H U M A N O S





Respeito na Escola

E D U C A Ç Ã O E M D I R E I T O S H U M A N O S

Respeitar
é preciso



São Paulo | julho de 2019

3ª
EDIÇÃO



Prefeitura de São Paulo

Bruno Covas

Secretaria Municipal de Educação

Bruno Caetano

Coordenadoria dos Centros de Educação Unificados

Raphaella Burti

Instituto Vladimir Herzog

Direção executiva

Rogério Sottili

Vlado Educação

Direção educacional

Ana Rosa Abreu

Coordenação educacional

Neide Nogueira

São Paulo, julho de 2019 | 3.ª edição

A primeira edição deste material foi elaborada num processo colaborativo com professores, funcionários, gestores, técnicos da Rede Municipal de Ensino de São Paulo e membros das comunidades escolares que participaram dos cursos Respeitar é Preciso!, realizados em 2014 nos Centros de Educação em Direitos Humanos, em São Paulo (SP), sendo publicada em dezembro desse mesmo ano pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.

Equipe educacional

Ana Lucia Catão

Celinha Nascimento

Crislei Custódio

Maria da Paz Castro

Rogê Carnaval

Gestão de conteúdo do portal

Carol Baggio

Consultoria

Flávia Schilling

Maria Paula Zurawski

Maria Victoria Benevides

Educadoras e educadores da Rede Municipal de

Ensino de São Paulo que contribuíram com pare-

ceres para esta edição

Revisão de texto

Jandira Queiroz

Projeto gráfico

S,M&A Design | Samuel Ribeiro Jr.

Ilustrações

Lúcia Brandão

Este material tem autorização para franca multiplicação, desde que respeitados os direitos autorais e citadas adequadamente as fontes.

Sumário

Prólogo	7
Carta para as educadoras e os educadores	9
O Projeto Respeitar é Preciso! no contexto da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo	13
PARTE I. Sobre o Projeto Respeitar é Preciso!	21
1. Uma proposta para toda a Unidade Educacional	21
2. Objetivos do Projeto	24
3. Processo de desenvolvimento do Projeto	25
6. Antes de começar...	35
PARTE II. Uma escola respeitosa para todos	41
1. Respeito mútuo e Direitos Humanos	43
2. Direitos Humanos: do que estamos falando?	51
3. Educação em Direitos Humanos	56
4. Educação em Direitos Humanos na escola é responsabilidade de todos	66
5. Fazendo valer as experiências anteriores	69
6. Mapeamento: um olhar cuidadoso para a escola	72
7. Plano de ação: é hora de agir	110
Bibliografia	119

PRÓLOGO

Caras educadoras e caros educadores,

Em busca de uma educação de qualidade, construída com base na Educação em Direitos Humanos e considerando a importância desse tema para a formação da cultura de Mediação de Conflitos nas Unidades Educacionais (Lei n. 16.134/2015, regulamentada pelo Decreto n. 56.560/2015), se faz necessária a prática cotidiana, por meio das pequenas relações, de gestos simples e singelos, mas que possuem valores e princípios.

Nesse sentido, o Projeto Respeitar é Preciso! contempla as demandas da Rede Municipal de Ensino de São Paulo ao promover, junto à comunidade escolar, discussões sobre os Direitos Humanos, valores, respeito e a cultura de paz, o que dialoga com os princípios preconizados pelo Currículo da Cidade, notadamente nos conceitos estruturantes: Educação Integral, Equidade e Educação Inclusiva.

As discussões oportunizadas pelo Projeto são ocasionadas por meio de formações realizadas pelo Respeitar é Preciso! em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, que subsidiam formas de trabalhos pedagógicos preventivos e formas de intervenções necessárias para mediar situações de conflito, criando possibilidades concretas para uma ação efetiva nas Unidades Educacionais, espaço estratégico para a formação de valores e princípios. Espaço esse que vem sendo fortalecido com a composição das Comissões de Mediação de Conflitos, propiciando reflexão, debate e disseminação de Educação em Direitos Humanos pelos caminhos desenhados que possibilitam pensar o que produz situações de violência, de desigualdade, de discriminação e como tratá-las.

Este material legitima o percurso das Comissões de Mediação de Conflitos e colabora com as escolas na conquista e na consolidação do respeito e da cultura de paz na apresentação de conceitos e sugestões de práticas mais solidárias, dignas e humanas. Sabemos que muitos caminhos serão traçados para que a escola, lugar tão importante e essencial na vida de todos, seja transformadora e libertadora para a construção de uma sociedade mais justa. Portanto, precisamos unir forças e esforços, criar espaços e sermos multiplicadores dessa cultura de Mediação de Conflitos.

Bruno Covas

PREFEITO DE SÃO PAULO

Bruno Caetano

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Raphaella Burti

COORDENADORA DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO UNIFICADOS

CARTA PARA AS EDUCADORAS E OS EDUCADORES



Projeto Respeitar é Preciso! veio para fazer história. Com a finalidade de implementar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos na Educação Básica (2013), esse projeto é um espaço para experimentar e construir o caminho de cada Unidade Educacional (UE) para a implementação da Educação em Direitos Humanos (EDH). O Instituto Vladimir Herzog criou esse projeto para promover a cultura da Educação em Direitos Humanos e tem a satisfação de desenvolvê-lo junto com todos os participantes.

Este material foi organizado para subsidiar a prática sem engessá-la. Cada escola fará o uso que considerar mais adequado a seu contexto, sua equipe, sua comunidade, sua história, enfim, suas condições humanas, materiais, de tempo e espaço. O Respeitar é Preciso! existe para orientar e “estar junto” nessa empreitada.

Além de suporte para as ações na escola, este material tem como objetivo orientar o processo de formação continuada, que, com a interlocução e a assessoria da equipe

do Vlado Educação, buscará tematizar as práticas que serão desenvolvidas para a implementação da EDH.

Como é essencial que este material dialogue com a realidade das escolas do município, com todos os integrantes da comunidade escolar e com as especificidades dos diferentes segmentos da escolaridade (Educação Infantil e Ensino Fundamental), para a sua elaboração, utilizamos duas estratégias: 1) Realização de uma pesquisa qualitativa, na forma de grupos focais, com professores, alunos, gestores, familiares e funcionários; 2) Realização de três módulos do curso Respeitar é Preciso!, sendo dois voltados a todos os integrantes das comunidades escolares das regiões dos quatro Centros de Educação em Direitos Humanos (CEDHs) e um voltado aos gestores das escolas que integram o Projeto.

Isso nos permitiu compreender como as escolas municipais vivem a questão do respeito mútuo, bem como pudemos submeter parte do material produzido à avaliação dos participantes dos cursos, o que nos possibilitou detectar, com o auxílio dos especialistas consultores do Projeto, os pontos fracos e fortes do que estávamos produzindo. Ao longo dos anos de 2015, 2016 e 2018, ele foi utilizado em diferentes situações nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de São Paulo por educadores e por alunos e nas ações de formação do Respeitar é Preciso! com professores e integrantes das Diretorias Regionais de Educação (DREs).

A segunda edição do material do Projeto Respeitar é Preciso! (lançada em 2016) já incorporou a experiência de sua realização nas escolas durante o ano de 2015, além de pareceres e troca com a Diretoria de Orientação Técnica da Secretaria Municipal de Educação (DOT-SME) e seus núcleos, das diferentes coordenações da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo (SMDHC-SP) e de contribuições de consultores especialistas, o que enriqueceu e aprimorou o texto e a organização gráfica para melhor cumprir sua função.



Entre 2016 e 2018, o Projeto foi dedicado à formação dos integrantes das Comissões de Mediação de Conflitos (CMCs). Assim, esta terceira edição traz os avanços construídos nesse período nas práticas e no trabalho formativo realizado junto às treze Diretorias Regionais de Educação, suas equipes técnicas e educadores das CMCs, o que resultou em mudanças editoriais, atualizações, maior articulação com o Currículo da Cidade e a criação de um caderno especialmente dedicado à Mediação de Conflitos. Os textos que compõem os cadernos receberam pareceres e contribuições dos profissionais da SME e das DREs, além de especialistas convidados, de modo que esta nova edição mantém o caráter de produção participativa.

O conjunto desta publicação inclui sete cadernos, complementares entre si: *Respeito na Escola*, *EDH para Todas as Idades* e mais cinco cadernos temáticos (*Sujeitos de Direito*, *Democracia na Escola*, *Diversidade e Discriminação*, *Respeito e Humilhação* e *Mediação de Conflitos*).

Este caderno, *Respeito na Escola*, foi revisto e reorganizado para expressar a atual organização do Projeto e traz as propostas de atividades organizadas em blocos, por tema, de modo a deixar mais fácil que cada Unidade Educacional construa seu próprio percurso, definindo a sequência que melhor atender às suas características, ao seu histórico com as temáticas e às suas possibilidades. Além disso, a parte III da segunda edição, *EDH para Todas as Idades*, foi transformada em um caderno separado, de modo a dar mais visibilidade às especificidades do trabalho educativo em cada etapa da escolaridade.

Com a reorganização, este caderno apresenta a parte I (“Sobre o Projeto Respeitar é Preciso!”), que traz o desenho atual do Projeto, seus objetivos e orientações gerais para encaminhar as ações em cada Unidade Educacional, e a parte II (“Uma escola respeitosa para todos”), com propostas de atividades para os adultos educadores pensadas para sensibilizar e para promover a reflexão sobre DH e EDH, sobre

o cotidiano, para fazer um mapeamento de questões de respeito e desrespeito na escola e possibilitar a elaboração de um plano de ação. As atividades são entremeadas de textos de apoio como leitura complementar.

Nos demais cadernos, vocês encontrarão subsídios para orientar o trabalho com os alunos nas diferentes etapas e ciclos da escolaridade e a abordagem de outros cinco temas importantes, também com textos e orientações de atividades como subsídios para a prática da EDH na escola.

Todos esses cadernos, outros textos, notícias, dicas de leitura e indicação de filmes estão disponíveis no portal do Projeto (respeitarepreciso.org.br), onde é possível participar de encontros temáticos on-line, assistir às palestras gravadas e acompanhar a agenda dos eventos de formação. O portal é um espaço de informação, interação e construção conjunta do Projeto.

Entendemos que, para que a escola se torne um espaço em que os Direitos Humanos sejam vivenciados, ela precisa se olhar, se pensar e se organizar com essa finalidade. Assim, a Educação em Direitos Humanos pressupõe o trabalho conjunto de toda a equipe escolar (direção, equipe gestora, coordenação, professores, profissionais de apoio, alunos e familiares) e um processo de formação intimamente ligado às próprias experiências vividas na escola, com a intenção de garantir vivências respeitadas para alunos e educadores de forma geral.

As atividades propostas nesse projeto foram pensadas para levar os participantes a olharem e “reolharem” para as práticas na escola de maneira progressiva, de modo a chegar maduros e entrosados para a elaboração de um plano de ação. Entre elas, há momentos de trabalho individual, em grupo, para reflexões e ações, possibilitando a construção de um espírito coletivo que escuta, pensa, reflete, faz e celebra junto todas as suas conquistas.

Esse é o espírito que sugerimos que seja mantido, adaptando para cada realidade, fundindo, modificando, reduzindo ou ampliando as atividades aqui encontradas.

Fruto de um trabalho conjunto, esse projeto foi construído em processo. Convidamos a todos para continuá-lo, criando formas próprias de atuar.

Boa leitura e bom trabalho.

O PROJETO RESPEITAR É PRECISO! NO CONTEXTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO

Questões urgentes da sociedade, que se encontram fundamentadas no grande leque da luta pelos Direitos Humanos, há tempos estão presentes na história das formações da Rede Municipal de Ensino de São Paulo e nas histórias de vida de muitos que as frequentaram. O primeiro projeto de Educação em Direitos Humanos (EDH) assim nomeado na Rede foi fruto de uma parceria entre instituições de ensino paulistanas e a Comissão Justiça e Paz de São Paulo, cuja ação pela anistia aos presos políticos e cuja luta pelo reconhecimento dos crimes de Estado nas décadas anteriores foram fundamentais para a criação de condições para a volta da legalidade democrática nos anos 1980.

Desse primeiro projeto até agora, trinta anos depois, em que estamos falando sobre EDH, o tema nunca saiu definitivamente das preocupações da Rede e da sociedade, conectando-a com a escola por uma variedade de pautas que pertencem ao escopo da luta pela consolidação dos Direitos Humanos no país. A começar pelo acesso à educação, direito social por excelência, incorporado à Constituição de 1988: hoje existem quase o triplo de escolas municipais em comparação ao período em que o artigo 6.º foi promulgado. A universalização não só do acesso à escola, mas da permanência nela e do direito à aprendizagem, tem sido o maior desafio para a concretização do direito à educação no país.

Nessa história, salientam-se alguns marcos importantes: a criação do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA) em 1989, a instituição dos Centros Municipais de Ensino Supletivo em 1992, os Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos (CIEJAs). E, ainda, a instituição do programa de atendimento aos alunos com deficiência em 1992, a Política Paulistana de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em 2016, a formação de Professores de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (PAAI), as Salas de Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais (SAPNEs) e a criação das Escolas Municipais de Educação Bilíngue para Surdos (EMEBS) em 2011, para crianças de 4 a 14 anos. Não por acaso, o artigo 1.º da Política de Educação Especial tem como primeiro princípio “a aprendizagem, a convivência social e o respeito à dignidade como direitos humanos”.

A Rede foi incorporando não só novos sujeitos e suas necessidades, como também seus saberes e suas culturas. Alterações no currículo, como o ensino obrigatório de História Africana, determinado pela Lei n. 10.639/2004, e a criação dos Centros de Educação e Cultura Indígena (CECIs), resultado da luta social por reconhecimento, são exemplos de uma relação não estanque com as demandas sociais e as populações que se escolarizam.

A comunicação vista como um direito que tende a superar a simples transmissão de saberes e mensagens e se tornar instrumento de autonomia está na base dos primeiros projetos de Educomunicação da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, como a criação de rádios comunitárias em 2001, conquista que permanece viva hoje na Imprensa Jovem, agora transmitida pela internet.

Nesse sentido, entre o saber escolar constituído e o reconhecimento de outras “agências de letramento” que a escola aos poucos vai abrigando, podemos identificar tanto espaços institucionalizados, como a Academia Estudantil de Letras, que já existe há mais de uma década, quanto a miríade de projetos que trabalham com a cultura hip-hop, os saraus de poesia organizados de forma autônoma, os grupos de dança que se organizam e que hoje são reconhecidos (e premiados) como iniciativas

de promoção dos Direitos Humanos. (Artigo 27, inciso I: “Todo o homem tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de fruir de seus benefícios”.)

Reconhecer e abrigar essa heterogeneidade que habita as mais de 1.500 Unidades Educacionais atuais e garantir a equidade no direito à permanência e à aprendizagem implica também aceitar a existência de conflitos e repensar as formas de convivência no espaço escolar. As muitas dimensões da violência no cotidiano escolar e no próprio processo educativo têm sido uma preocupação constante, e os últimos anos apontaram avanços institucionais muito pertinentes.

De volta aos Direitos Humanos

Quando a Educação em Direitos Humanos se torna uma meta do governo municipal, mais de vinte anos depois do primeiro projeto que citamos no início deste texto, a Rede se propõe a refletir novamente sobre a experiência escolar com base nos princípios dos direitos fundamentais em sua indivisibilidade. É certo que princípios como o fortalecimento da gestão democrática, a construção da autonomia, a participação e a transformação da realidade, a superação da desigualdade, a valorização da diversidade, a inclusão, a progressão de direitos e a qualidade social da educação sempre estiveram presentes nos documentos oficiais que orientaram a educação pública, nos níveis federal, estadual ou municipal, mas cabe ressaltar que, nos últimos anos, temos visto um período de “experimentação” mais intenso, por assim dizer, de abordagens e aportes para que esses direitos se efetivem.

Em 2013, inaugura-se a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, que logo no início se articula à Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME-SP) no esforço de promover a escola como instituição articuladora do sistema de garantia de direitos diante da vulnerabilidade, do risco social e da exclusão em suas interfaces com a violência. A interação com essa Rede de Proteção Social (uma construção lenta de direitos demandados pela sociedade) voltada à criação de

novas possibilidades para melhorar os processos de aprendizagem e de ensino tem, nos Núcleos de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem (NAAPAs), criados em 2014, um grande marco institucional.

Alinhado à incorporação das pautas que emergem de uma sociedade plural e em constante mudança, o Projeto Respeitar é Preciso! surge, em 2014, como instrumento de reflexão, ação e instrumentalização voltado para os educadores responsáveis por esse espaço de convivência complexo que é a escola, para que ali se construa uma cultura de respeito mútuo, condição primordial para a efetivação da Educação em Direitos Humanos.

Esse chamado para a reflexão sobre o convívio escolar nos impõe repensar as regras e os costumes do espaço escolar, estabelecer modos pactuados de habitar esse lugar e desenvolver metodologias para melhor compreendê-lo, como as que propomos nestes cadernos do Projeto Respeitar é Preciso!

O ânimo de repensar a convivência entre todos que participam da escola (adultos e crianças) e suas consequências para a experiência educativa vem também dos profissionais da Rede, que há anos desenvolvem projetos e marcos legais de combate ao bullying e à discriminação étnico-racial. Foi somente em 2016 que essa demanda conseguiu se estabelecer nas escolas por meio da instituição das Comissões de Mediação de Conflitos (CMCs), com as quais o Projeto Respeitar é Preciso! têm trabalhado nos últimos anos.

Com base nos Planos Nacionais de Educação em Direitos Humanos e no Plano Municipal de Educação de 2015 – que, entre suas 14 diretrizes, tem a “promoção da Educação em Direitos Humanos” (artigo 2.º, inciso VII) e a “difusão dos princípios da equidade, da dignidade da pessoa humana e do combate a qualquer forma de violência” (artigo 2.º, inciso X) –, o Projeto Respeitar é Preciso! tem atuado junto às CMCs em uma relação de respeito mútuo, trabalhando para fortalecer a sua consolidação.

E cá estamos! A complexidade das demandas vai oferecendo espaço para a complexidade das ações. O que começou com um movimento ou programa pode se tornar portaria e decreto. Nossa sociedade mudou muito desde a redemocratização. E, de certa forma, temos obrigação de manter viva a história da luta que resultou na conquista da democracia. Fazer referência a essa trajetória tem sido cada vez mais importante em nossos encontros de formação. Ela nos ajuda a enraizar nossa prática no sentido de consolidar uma cultura de respeito aos Direitos Humanos em sua integralidade, seja em nossa relação com as alunas e os alunos, seja entre os profissionais que atuam na Rede, seja com as famílias que nos confiam a educação de suas crianças e adolescentes. Nossa tarefa é promover relações de respeito à dignidade de todo e qualquer sujeito que constrói sua história na escola, garantindo seu direito de aprender tudo o que ela pode oferecer, segundo as condições e os desafios que se apresentam a cada momento.

Tanto o material do Respeitar é Preciso! quanto os documentos orientadores da SME-SP indicam e subsidiam o trabalho educativo nessa direção. Há alguns pontos convergentes entre eles, presentes neste caderno *Respeito na Escola*, na Portaria n. 2.974/2016 (que trata das CMCs) e no Currículo da Cidade.

Vlado Educação

I | Sobre o Projeto
RESPEITAR É PRECISO!



Parte I.

Sobre o Projeto Respeitar é Preciso!

“Quando perdemos a capacidade de nos indignarmos com as atrocidades praticadas contra outros, perdemos também o direito de nos considerarmos seres humanos civilizados.”

Vladimir Herzog

Trabalhar com Educação em Direitos Humanos numa Unidade Educacional (UE) significa promover educação em valores desde a Educação Infantil, por meio de experiências de respeito mútuo que incluem todos que fazem parte da escola. Trata-se de fazer do convívio escolar e dos próprios processos de ensino e de aprendizagem ocasiões para vivenciar valores como liberdade, dignidade, solidariedade, igualdade, justiça e paz, que têm como pressuposto e condição essencial a prática do respeito entre todos na comunidade escolar.

1. UMA PROPOSTA PARA TODA A UNIDADE EDUCACIONAL

A educação é um processo longo e complexo, que não se limita ao espaço da sala de aula, nem tampouco à relação entre os professores e os alunos. Podemos dizer que todo e qualquer sujeito envolvido na rotina escolar está comprometido com o fazer educativo e compõe com os demais uma grande rede de relações, na qual a ação educativa acontece.

Dentro da UE, as ações educativas não se restringem àquelas desencadeadas pelos professores, orientadores e diretores. Todos os adultos, ao se relacionar com os alunos, exercem influência educativa pelo modo como exercem seu trabalho, pela forma como se relacionam entre si e com os alunos, pelos valores com que orientam suas práticas e suas atitudes.

Os porteiros da UE, por exemplo, demonstrarão respeito quando, ao viabilizar o acesso à escola, acolherem a todos cumprimentando, buscando resolver dificuldades, sendo solícitos, responsáveis, sem discriminar quem quer que seja, independentemente de suas condições, aparência, origem etc. E também atuarão com justiça ao não oferecer privilégios a determinadas pessoas, abrindo exceções ou colocando impedimentos para alguns.

Profissionais das escolas da Rede Municipal de Ensino de São Paulo

Agente de apoio, auxiliar técnico de educação (ATE), professor de Educação Infantil, professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, professor de Ensino Fundamental II e Ensino Médio, professor orientador de sala de leitura (POSL), professor orientador de informática educativa (POIE), coordenador pedagógico, diretor de escola, assistente de diretor de escola e supervisor escolar.

Os profissionais encarregados da limpeza e da organização do espaço escolar, assim como as pessoas que se encarregam da sua manutenção (jardineiros, eletricitas, pedreiros, entre outros), também estarão oferecendo aos alunos um modelo de atuação respeitosa à medida que se derem conta de que, por meio do seu trabalho, constroem um ambiente limpo, organizado e agradável para que todos possam trabalhar e estudar em condições propícias.

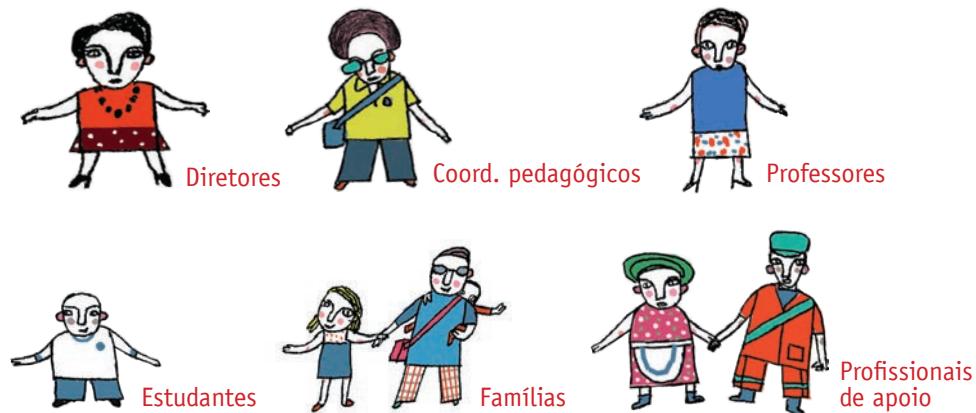
Não menos importantes são os profissionais responsáveis pela alimentação dos alunos. Nesse setor da escola, podemos encontrar uma série de ações que contribuem com a educação, oferecendo a todos uma alimentação saudável, respeitando o gosto e a cultura de cada um, cuidando para a manutenção de um ambiente em que seja possível se alimentar de maneira tranquila.

O “lugar social” que esses profissionais ocupam na Unidade Educacional, a forma como são tratados pelos demais adultos, o valor atribuído ao seu trabalho, o atendimento de suas necessidades, o costume e as práticas cotidianas que definem sua participação na comunidade escolar dizem algo aos alunos sobre o relacionamento entre as pessoas, sobre igualdade e desigualdade, sobre respeito e reconhecimento

da dignidade humana. E, em algum momento, todos eles precisam tomar atitudes em relação aos alunos, atuar em situações que os envolvem, orientá-los etc. Portanto, essa influência educativa sempre acontece, quer se tenha ou não intencionalidade e consciência dela. Portanto, ao propor que a escola seja tomada como espaço da educação em DH, é essencial que esses educadores sejam incluídos na reflexão coletiva sobre como fazer isso, que saiam da invisibilidade ou mesmo da “coisificação” em que às vezes permanecem, como no caso em que não são sequer chamados pelo nome (“tia da limpeza”, “moço da portaria”...). É essencial que a dimensão educativa de sua participação seja reconhecida e que eles também sejam respeitados.

Construir e manter na Unidade Educacional um ambiente em que as relações são baseadas na justiça e na igualdade é uma tarefa que pressupõe o compromisso de cada um e de todos com a prática do respeito mútuo.

Todos os adultos da Unidade Educacional são educadores, responsáveis, igualmente importantes e precisam estar juntos nessa jornada. Portanto, a implementação do Projeto Respeitar é Preciso! tem de considerar os diversos lugares que esses adultos ocupam na instituição escolar, as relações que se estabelecem com base nesses lugares e o papel educativo de cada um deles.





Destacamos aqui a importância da atuação educativa das Comissões de Mediação de Conflitos, formadas por integrantes de toda a comunidade escolar: gestores, professores, equipe de apoio, familiares e alunos, seja como disseminadora da cultura de mediação, respeito e EDH no cotidiano da escola, seja quando precisa fazer uma intervenção no encaminhamento de alguma situação específica.

2. OBJETIVOS DO PROJETO

Apresentamos aqui alguns dos seus principais objetivos:

- contribuir para a disseminação da cultura de Educação em Direitos Humanos em escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Municipal de São Paulo, visando à formação de sujeitos de direito, que respeitem e se façam respeitar;
- contribuir para o aprofundamento da compreensão do significado dos Direitos Humanos (como uma exigência da democracia) e sua relação necessária com a educação desde a primeira infância, procurando esclarecer os equívocos do tema no senso comum;
- subsidiar formas de trabalho pedagógico preventivo e formas de intervenção necessárias para mediar situações de conflito, criando possibilidades concretas para que, com o tempo, sejam eliminadas quaisquer situações de violência entre os integrantes da comunidade escolar;
- contribuir para a adoção do respeito mútuo e do respeito à diversidade socioeconômica, cultural, familiar, geracional, de condição de saúde física ou mental, de etnia, credo, gênero, sexualidade, origem, entre outros, como base da convivência e da integração no cotidiano escolar;

- orientar os educadores na análise e na reflexão sobre as diversas situações do convívio escolar para que tenham condições de identificar possíveis situações de desrespeito, enfrentando-as e buscando formas de superação, e para que incluam, de fato, a EDH nos seus projetos político-pedagógicos (PPPs).

3. PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

A Educação em Direitos Humanos pressupõe um processo de formação que promova reflexão sobre as próprias experiências vividas na Unidade Educacional, com a intenção de garantir aos alunos vivências respeitadas.

Esse é um projeto de toda a Unidade, a ser desenvolvido pelo coletivo. Para que isso aconteça, é muito importante assegurar espaços coletivos de troca entre todos os educadores para que reflitam e analisem suas práticas, identificando obstáculos, reconhecendo potencialidades e encontrando formas de garantir a participação de todos os integrantes da comunidade escolar (além dos educadores, os alunos, seus familiares, seus responsáveis, os parceiros da escola etc.). Mesmo quem não puder participar diretamente das atividades destinadas aos adultos educadores pode ser envolvido de alguma forma, por meio de representação e de instrumentos de comunicação (mural, boletins informativos, reuniões, entre outros) que permitam receber e dar contribuições para o processo. Assim, todos crescem com o Projeto e dele se apropriam, e, mesmo que haja algumas mudanças na equipe, sempre haverá alguém em condições de assumir a organização das atividades e dar continuidade sem grandes rupturas.

A proposta é que as atividades do Projeto sejam iniciadas com os adultos que trabalham na escola e de modo que eles se preparem para o momento da inclusão dos alunos e familiares, a ser definido no processo e de acordo com o histórico e a realidade de cada local. Se já existem grêmios estudantil, conselhos de escola e associações de

pais e mestres (APMs) atuantes na escola, é importante que a integração destes seja simultânea às atividades propostas para os profissionais da Unidade Educacional.

O Projeto Respeitar é Preciso! parte do pressuposto de que a legitimação dos Direitos Humanos está diretamente vinculada ao trabalho educativo. Não se trata apenas de ensinar e aprender sobre Direitos Humanos, não basta que os educadores saibam técnicas ou conheçam textos teóricos. É necessário ter disponibilidade para a autoanálise profissional, para assumir responsabilidades com a EDH e para a mudança, pois disso dependerá a desejada transformação do convívio escolar.

Encontros dos grupos/coletivo na Unidade Educacional

O Projeto tem início com os adultos da escola, que são todos educadores, se reunindo e se envolvendo num trabalho de sensibilização, reflexão e conscientização do que é Educação em Direitos Humanos e educação em valores e das questões do cotidiano escolar que expressam situações em que possa haver desrespeito, para que, posteriormente, seja delineado um plano de ações também junto aos alunos, aos familiares e responsáveis.

É na Unidade que o Projeto se desenvolve de verdade, por meio de análises e de reflexões compartilhadas das situações vivenciadas, do levantamento das questões prioritárias, da identificação das potencialidades de ação e da busca dos melhores encaminhamentos. As Unidades Educacionais precisam formar grupos que envolvam os integrantes de toda a comunidade escolar. Esses grupos funcionam como espaços para os quais as questões vividas na escola e pela escola sejam trazidas para que sejam submetidas à reflexão conjunta e à tomada de decisões, sempre que necessário. É fundamental a organização de reuniões sistemáticas que contem com a participação do maior número possível de integrantes da comunidade escolar, planejadas de acordo com as possibilidades de cada UE. Podem ser utilizados horários de Jornada Especial Integral de Formação (JEIF), de Projetos Especiais de Ação (PEA), reuniões do Conselho de Escola, da reunião da Comissão de Mediação de Conflitos, assim como momentos criados especialmente para o Projeto. Podem surgir demandas de encontros de grupos por função (por exemplo, professores e profissionais de apoio) para amadurecer e discutir questões específicas, mas é sempre importante lembrar de fazer a integração com o grupo que representa toda a comunidade escolar.

Qualquer que seja a opção, o fundamental é que haja sistematicidade, que essa organização possibilite o desenvolvimento processual do Projeto, uma vez que o fazer

de cada atividade cria condições para a realização das atividades seguintes e que as atividades se articulam entre si.

Protagonizado pelos próprios participantes, esse é um processo formativo que acontece por meio da realização das atividades propostas pelo Projeto, apresentadas na parte II deste caderno. O trabalho coletivo, colaborativo e reflexivo é um contexto privilegiado para a formação, porque possibilita uma articulação imediata com a prática e também faz com que o grupo que trabalha junto construa um repertório comum, compreenda as diferenças que compõem sua diversidade e, com esses elementos, crie seu próprio projeto educativo.

Uma atividade central do Projeto é a realização, nesses momentos coletivos, do mapeamento das situações em que, por alguma razão, alguém possa se sentir desrespeitado. Pode ser pela forma de organização do espaço e do tempo, por questões de comunicação, por alguma regra (explícita ou implícita) de funcionamento da instituição, pelo próprio trabalho pedagógico, pela forma como todos se relacionam. Esse projeto parte do princípio de que é cuidando desses aspectos que se promovem relações de respeito entre todos: os adultos entre si, especialmente no que se refere às diferentes funções que exercem; os alunos entre si; os adultos em relação aos alunos. E assim se criam condições para que os alunos também sejam respeitosos entre si e para com os adultos.

Com base nas análises desse mapeamento, a equipe decidirá o que fazer, o que quer mudar e/ou eliminar e/ou acrescentar à vida na escola. Com as propostas daí resultantes, será possível elaborar um plano de ação para efetivar suas decisões.

Vale lembrar que, nesse processo, também é importante dar visibilidade ao que existe de potência na Unidade Educacional: situações em que se promove o respeito entre todos, experiências e atividades que a escola já vivenciou ou vivencia e que merecem ser valorizadas e retomadas.

Atores para o desenvolvimento do Projeto

No âmbito das Unidades Educacionais

É necessário que alguns atores assumam funções específicas para garantir condições institucionais e de interlocução entre os participantes:

Integrantes das Comissões de Mediação de Conflitos: É importante que a CMC de cada Unidade Educacional (direção, coordenação pedagógica, corpo docente, equipe de apoio e responsáveis pelos alunos) atue como mobilizadora para envolver a comunidade escolar e que a direção e a coordenação pedagógica também divulguem e organizem as ações do Projeto Respeitar é Preciso! Os integrantes das CMCs têm funções específicas: promover a integração do Projeto na escola, mobilizando a todos para a participação; organizar as ações e, principalmente, organizar a equipe escolar para a prática das propostas do Projeto. E também são o elo de ligação entre a escola e a Secretaria, a equipe do Vlado Educação e as outras escolas participantes. Para isso, é de primordial importância que participem das ações de formação do Projeto.

Diretores das Unidades Educacionais: A participação da diretora ou do diretor é essencial desde o início do Projeto e em todo o seu desenvolvimento para promover e criar condições para a realização das atividades. Mesmo que não seja ela ou ele a participar das ações de formação, depende dela ou dele o suporte à CMC e aos demais educadores para a realização das atividades e a promoção das mudanças na UE elencadas no plano de ação. Assim, a diretora ou o diretor serão viabilizadores das ações, apoiando e tomando decisões sobre questões essenciais para o andamento do Projeto, entre as quais se destacam a disponibilização de espaços e tempos para que os educadores se reúnam e realizem as atividades do Projeto, o acompanhamento do Projeto pelo Conselho e o envolvimento do grêmio.

Coordenadores pedagógicos: Como responsáveis pela organização, pela coordenação das ações de formação e pela condução do desenvolvimento curricular nas escolas, é

essencial que mantenham interlocução com a direção e estimulem o apoio mútuo na abertura de espaço na agenda de reuniões que já fazem parte da rotina da escola, incentivem a mobilização de professores e favoreçam o planejamento das atividades em horários de PEA, JEIF etc.

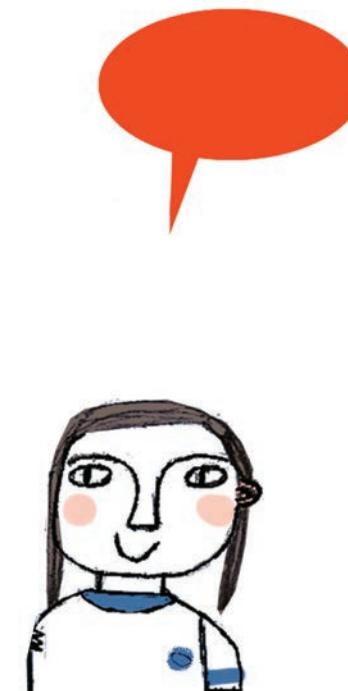
No âmbito das Diretorias Regionais de Educação

Equipes das DREs: Cada DRE conta com um Grupo de Mediação de Conflitos (GMC), responsável pelo acompanhamento da implementação do trabalho das CMCs nas Unidades do seu território. Cada GMC é formado por cinco integrantes: um da Coordenação dos Centros Educacionais Unificados e da Educação Integral (COCEU), um da supervisão, um do Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem (NAAPA) e dois da Coordenação Pedagógica (COPEP). Daí, a importância da interlocução e da proximidade de todos os envolvidos com as Diretorias Regionais de Educação para que seus técnicos acompanhem o desenvolvimento do Projeto, possam compreender, participar e apoiar as transformações que devem ocorrer, garantindo, assim, que a estrutura da rede de ensino possa se apropriar do trabalho.

No âmbito do Instituto Vladimir Herzog

Educadores do Vlado Educação: As ações de formação são realizadas pelos educadores do Vlado Educação, experientes nos diferentes segmentos da escolaridade, que, por sua vez, terão o acompanhamento da coordenação do Projeto e de consultores especialistas.

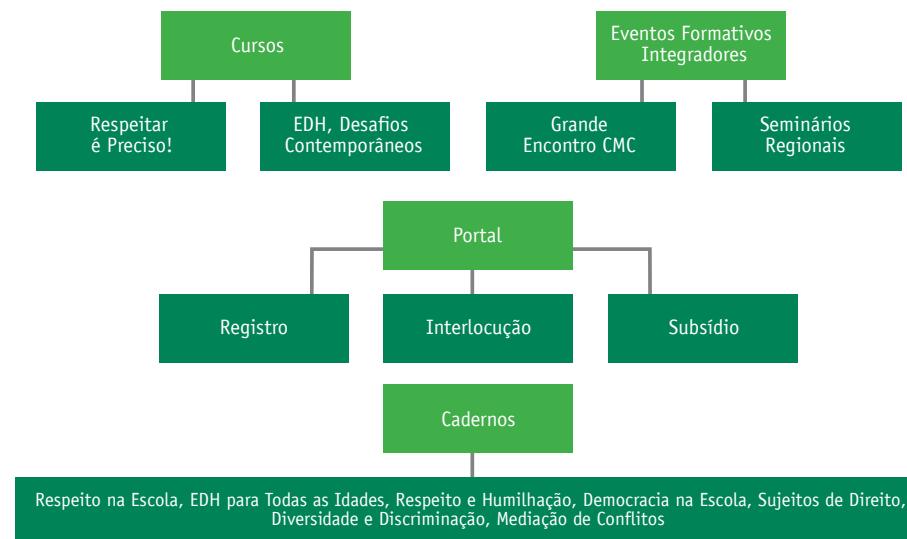
Consultores: O Projeto conta com a colaboração de especialistas em Direitos Humanos, Educação em Direitos Humanos e educação em valores para contribuir com o processo formativo e o aprofundamento das questões que forem colocadas pelas escolas ao longo do processo.



Implementação do Projeto: as ações de formação que subsidiam a ação nas Unidades Educacionais

A implementação do Projeto na Rede Municipal de Ensino de São Paulo se dá por meio de ações de formação presenciais e pelo portal do Projeto (respeitarepreciso.org.br), com base em um conjunto de práticas que se complementam, como mostra o quadro a seguir.

Visão geral do Projeto



Cursos

Os dois cursos que compõem o Projeto, dirigidos aos integrantes das Comissões de Mediação de Conflitos, foram pensados como ações complementares em suas finalidades e metodologia. Ambos abordam as questões da EDH, uma vez que refletir sobre elas e ampliar o repertório de possibilidades de atuação é essencial para os

integrantes das CMCs, que têm como função não apenas intervir em situações de conflito emergentes, mas, e principalmente, atuar no coletivo para promover uma cultura de respeito, não violência, paz e solidariedade nas Unidades Educacionais, compreendendo as intervenções nos conflitos como boas oportunidades educativas.

- Curso Respeitar é Preciso!:** Esse curso inclui encontros formativos (aulas) coordenados pelos educadores do Instituto Vladimir Herzog com o objetivo de implementar nas Unidades Educacionais as ações do Projeto Respeitar é Preciso! propostas neste material, orientar o trabalho dos educadores que o desenvolvem e promover a troca de experiências entre as escolas, tendo como foco metodológico as práticas de EDH: debates sobre temas de EDH, estudos de caso, uso do material do Projeto e implementação das suas atividades nas Unidades Educacionais. Os gestores (diretores e coordenadores pedagógicos) são o público preferencial para esses encontros, porque sua participação tem um impacto bastante positivo no desenvolvimento do Projeto nas UEs. Formatado em 6 aulas, cada uma com 4 horas de duração, o curso acontece anualmente em todas as DREs. Em cada aula, há uma proposta de atividade a ser realizada na Unidade.
- Curso EDH, Desafios Contemporâneos:** Visa desenvolver uma formação reflexiva e conceitual, sempre amparada nas experiências e na realidade das UEs, buscando a fundamentação para a EDH em temas centrais do Projeto, como convívio escolar, formação em valores, respeito mútuo, diversidades, autoridade, punição e responsabilização, violências simbólicas, institucionais, físicas e psíquicas, e as demais temáticas apresentadas nos materiais do Projeto. As aulas propiciam subsídios aos educadores para a reflexão e a compreensão da disputa de valores na conjuntura atual da sociedade brasileira e na conjuntura internacional e para a reflexão e a compreensão do papel da educação em Direitos Humanos neste momento. As aulas, que acontecem em cinco polos da cidade de São Paulo, reunindo grupos de DREs, são compostas por palestras ministradas por especialistas convidados, exibição e análise de vídeos, rodas de conversa e debates. Com elas, busca-se promover um alinhamento conceitual acerca de princípios e temas de relevância



para uma educação comprometida com a democracia, o respeito às diferenças e a valorização da diversidade.

Os cursos têm o programa e a carga horária definidos para certificado e pontuação.

Eventos formativos integradores

Os eventos são promovidos pelo Projeto com a finalidade de reunir os integrantes das CMCs em grandes encontros, assim como as DREs, para valorizar a EDH e compartilhar em toda a Rede Municipal as principais discussões, temas e abordagens dos trabalhos realizados. Esses eventos contam com a participação de especialistas para acrescentar contribuições às ações das Unidades Educacionais e discutir os seus impactos.

- **Grande Encontro das CMCs da Cidade de São Paulo:** Evento anual, centralizado, realizado pela parceria entre a SME e o Instituto Vladimir Herzog, esse encontro promove o diálogo sobre os conceitos, os princípios e as ações das CMCs. Acontece no primeiro semestre de cada ano e visa fortalecer diretrizes e concepções, bem como valorizar as práticas educacionais das Comissões de Mediação de Conflitos, oferecendo espaço de diálogo para que seus integrantes e os membros das CMCs das Diretorias Regionais de Educação da Rede possam refletir sobre a Educação em Direitos Humanos e sua convergência com as propostas do Currículo da Cidade de São Paulo.
- **Seminários regionais:** Os seminários são espaços de diálogo e reflexão sobre o cotidiano escolar na perspectiva da Educação em Direitos Humanos. Também anual, esse evento ocorre em cinco polos da cidade, reunindo os educadores para a apresentação de experiências das Unidades Educacionais, numa troca mediada por especialistas convidados com o objetivo de incentivar as ações de desenvolvimento do Projeto. Conjuntamente com a equipe do Projeto e da COCEU, as DREs definem a programação e o formato a serem utilizados, incluindo oficinas, apresentações artísticas e relatos de experiência que possibilitam não só o debate, mas a vivência da educação em valores.

Portal respeitarepreciso.org.br

O portal **respeitarepreciso.org.br** tem como finalidade ser um espaço de referência e de pertencimento ao Projeto Respeitar é Preciso!, onde os educadores podem encontrar conteúdos para a sua formação e para subsidiar suas ações. O site é continuamente atualizado com base na produção de conteúdos próprios gerados nos cursos, nos encontros temáticos, nos eventos de formação e no trabalho de reflexão e documentação do Projeto. Para tanto, são desenvolvidas diferentes ações, como atendimento às UEs, campanhas temáticas, além do registro das ações formativas.

Assessoria e atendimento às Unidades Educacionais, campanhas e redes sociais

O portal permite assessorar o trabalho nas Unidades Educacionais e possibilita a interação por e-mail, respondendo dúvidas e oferecendo orientação.

O portal também é uma ferramenta de interlocução entre os formadores e os participantes do curso Respeitar é Preciso! As atividades realizadas nas UEs, como tarefas do curso, são registradas pelos participantes e postadas em espaço especialmente criado para isso, o que oferece aos formadores a possibilidade de analisar e preparar devolutivas que orientam e subsidiam o desenvolvimento do Projeto nas escolas.

A presença do Projeto Respeitar é Preciso! nas redes sociais acontece por meio de postagens de conteúdos próprios e da dinamização contínua dos grupos, visando levar até os educadores os conteúdos e as notícias do Projeto, mantendo, assim, a presença constante do tema da EDH no dia a dia, além de abrir espaço para a participação dos educadores em postagens e comentários.

As campanhas têm como objetivo pautar e sensibilizar os educadores para a maior compreensão de algumas temáticas de EDH presentes nas UEs, subsidiando-os com conteúdos conceituais, contextuais e práticos. Os temas são detectados no desenvolvimento das formações e apresentados em pequenos artigos, entrevistas, matérias/

reportagens em texto e vídeo. O conjunto das campanhas deve articular experiências de escolas, fundamentação teórica, dados de pesquisa e bibliografia.

Registro das ações formativas

O portal arquiva e disponibiliza aos participantes todo o material utilizado nas formações: pautas, apresentações em PowerPoint, textos, vídeos, imagens, produção dos grupos e, no caso do curso EDH, Desafios Contemporâneos, as palestras realizadas pelos especialistas convidados. Dessa forma, os educadores da Rede Municipal de Ensino de São Paulo podem acessá-los e utilizá-los sempre que desejarem.

Acesso ao material pedagógico

Cadernos/Material pedagógico: Um conjunto de cadernos que compõem o material pedagógico do Projeto: *Respeito na Escola, EDH para Todas as Idades, Sujeitos de Direito, Democracia na Escola, Diversidade e Discriminação, Respeito e Humilhação e Mediação de Conflitos*.

Todas as ações de formação têm como finalidade a realização do Projeto nas UEs por educadores e alunos: Todas essas ações têm como finalidade incentivar e subsidiar a realização do Projeto nas Unidades Educacionais, de modo a promover as mudanças que os educadores considerarem necessárias para tornar o convívio escolar uma experiência de respeito mútuo e vivência dos valores dos DH por todos, razão última do Projeto. Assim, a ação estruturante do Projeto é o momento em que os educadores se reúnem para analisar a vida na Unidade e tomar decisões.

Interlocução com os técnicos das DRES: Durante a implementação do Projeto, é muito importante promover momentos entre os formadores do Vlado Educação e os técnicos de cada DRE para a análise do andamento do Projeto nas UEs, combinados para as formações, esclarecimentos, troca de informações e sugestões sobre eventuais ajustes e/ou ampliação das ações.

Periodicidade sugerida para as ações formativas

Ação formativa	Participantes prioritários	Responsáveis pela formação	Periodicidade
Curso Respeitar é Preciso!	Coordenadores das CMCS	Coordenação e formadores do Vlado Educação	Mensal: 6 aulas no ano
Curso EDH, Desafios Contemporâneos	Todos os integrantes das CMCS	Coordenação, formadores do Vlado Educação e especialistas convidados	Mensal: 6 aulas no ano
Encontros do coletivo, na UE	Todos os integrantes da comunidade escolar	Integrantes das CMCS	A critério da UE*
Grande Encontro das CMCS da cidade de São Paulo	Todos os integrantes das CMCS	Coordenação, formadores do Vlado Educação, SME-COCEU-DIGP e especialistas convidados	Anual
Seminários Regionais	Todos os integrantes das CMCS	Coordenação, formadores do Vlado Educação, SME-COCEU-DIGP, DREs e especialistas convidados	Anual

* A UE define a sistematicidade de suas atividades, quando e como se organizam, considerando os horários e a configuração dos grupos.

4. ANTES DE COMEÇAR...

O Projeto Respeitar é Preciso! é uma proposta de ação. Portanto, na parte II deste caderno, vocês vão encontrar atividades para reflexão, diálogo, interação, construção e atuação em conjunto por todos os envolvidos no convívio escolar. São situações estruturadas em um bloco que contém um parágrafo inicial apontando o sentido das atividades sugeridas, o que deve ser providenciado, o desenvolvimento delas, uma finalização e, posteriormente, orientações para a elaboração do que os participantes vivenciaram.

Essas situações podem e devem ser apropriadas e adaptadas pelas escolas para que a sua realização seja reflexo da história e do contexto de cada realidade.

Uma das questões mais frequentes que temos encontrado no processo de implementação do Projeto é em relação ao tempo e aos espaços disponíveis para realizar as atividades. Dependendo das prioridades e das condições de cada UE, é possível

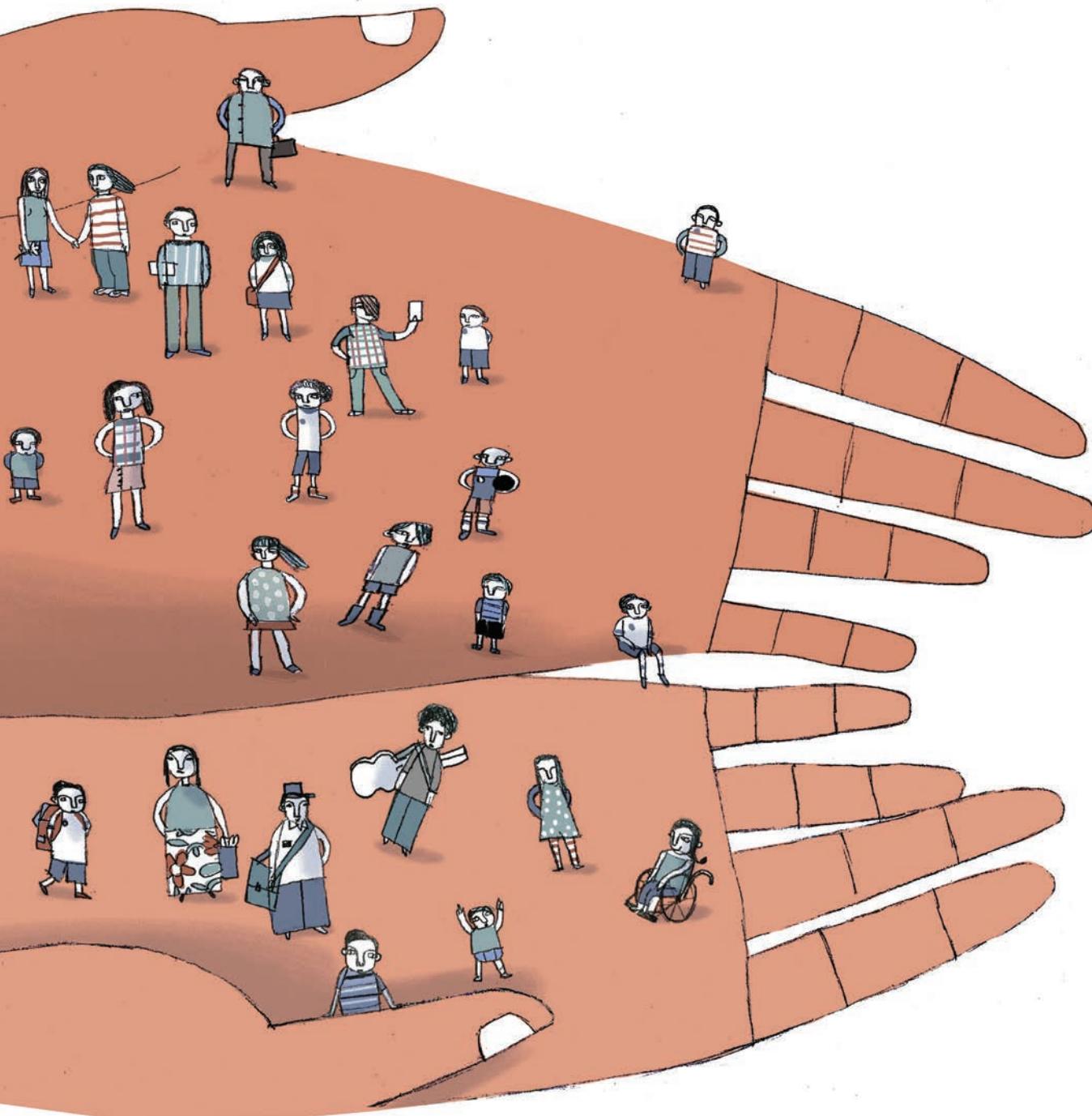
manejar localmente o tempo das atividades. Por esse motivo, não existe uma indicação precisa de duração para cada momento das situações propostas.

Indicamos aqui algumas sugestões que podem servir de inspiração para o desenvolvimento dos trabalhos:

- Manter na UE um painel com notícias, reportagens e informações sobre o tema Direitos Humanos e sobre as ações realizadas no âmbito do Projeto para que toda a comunidade escolar tenha acesso e possa se informar sobre o que está acontecendo na escola.
- Organizar uma agenda de encontros para garantir os horários em que o maior número de pessoas possa participar.
- Organizar o espaço de acordo com o tipo de trabalho que será realizado. Como na maioria das vezes serão trabalhos em grupo, a organização da sala precisa propiciar a formação de uma roda de conversa e também a divisão dos participantes em subgrupos.
- Reservar um tempo antes ou depois da reunião para confraternizar é interessante. Todos sabem da importância de um lanche para tornar um encontro mais agradável e estreitar os vínculos entre as pessoas.
- Lembrar que, apesar de as atividades serem orientadas e os materiais estarem indicados em cada atividade, esse trabalho é de cada escola. Vocês podem e devem conferir aos trabalhos uma identidade própria da UE, e isso pode significar, por exemplo, inserir outros materiais, ampliar atividades e gerenciar o tempo conforme as necessidades de cada grupo.
- Registrar o desenvolvimento de cada atividade é uma prática interessante não só para sistematizar as reflexões e as ações, mas como documentação processual do trabalho.

- Garantir o exercício do diálogo o tempo todo é fundamental. Lembrar que a opinião de todos tem valor, que no diálogo construímos conhecimento juntos e nos desenvolvemos, que é comum mudar de ideia, transformar uma opinião. Assim, algo que sempre foi de um jeito pode ser de outro. Cada um pode olhar e entender a mesma questão de formas diferentes. A Educação em Direitos Humanos chama a todos para uma atitude flexível, em que a mudança deve ter espaço o tempo inteiro.
- Considerar que a adoção dos princípios dos DH é algo que muitas vezes vai contra o estabelecido, o que é rotineiro tanto nas relações cotidianas com os alunos quanto entre os adultos. Assim, é preciso não só buscar boas intervenções educativas, mas enfrentar as dificuldades e, quando for necessário, se colocar “contra a corrente” e assumir uma postura diferente.

II | Uma escola
respeitosa para todos



Parte II.

Uma escola respeitosa para todos

“Educação em Direitos Humanos é a prioridade das prioridades. É quando projetamos a possibilidade de evitar novas violações dos Direitos Humanos.”

Paulo Vannuchi

As atividades deste caderno foram elaboradas com a finalidade de subsidiar os educadores na promoção de um movimento formativo, coletivo e autônomo, que repercuta na qualidade da vida cotidiana de todos os integrantes da comunidade escolar. Ao realizá-las, a equipe da UE fará observações, reflexões e análises sobre o que vive ela própria e os alunos, buscando compreender como a organização e o funcionamento escolar promovem ou dificultam que as relações entre todos sejam pautadas pelo respeito mútuo, para que se tomem decisões e se planejem ações.

Esta terceira edição do caderno *Respeito na Escola* traz uma reorganização do conteúdo, para facilitar a construção do percurso formativo que cada Unidade avaliar mais adequado ao seu grupo de educadores. As atividades foram agrupadas por temas, e os textos de apoio estão intercalados entre os blocos:

- Respeito mútuo e Direitos Humanos
(Texto de apoio: “Respeito mútuo”, p.49)

- **Direitos Humanos: mas, afinal, do que estamos falando?**
- **Educação em Direitos Humanos**
(Texto de apoio: “Educação em valores”, p. 62)
- **“Educação em Direitos Humanos na escola é responsabilidade de todos”**
(Texto de apoio: “Um processo de mudança no coletivo”, p.116)
- **Mapeamento: um olhar cuidadoso para a escola**
(Texto de apoio: “Cuidados para abrir espaços de diálogo”, p.98)
- **Plano de ação: é hora de agir**

Os blocos de atividade trazem conteúdos sobre respeito, Direitos Humanos, Educação em Direitos Humanos, a natureza coletiva do trabalho educativo, as dimensões da vida escolar e as propostas de organização para a ação:

- *Respeito mútuo e Direitos Humanos* – Trata da centralidade do respeito mútuo no Projeto, apresentando-o à comunidade escolar e mobilizando ideias e sentimentos construídos ao longo das experiências vividas para torná-los conscientes, conhecidos pelo grupo e, assim, sensibilizar e introduzir a reflexão coletiva a respeito dessa questão, essencial para a educação em valores.
- *Direitos Humanos: mas, afinal, do que estamos falando?* – Propõe uma reflexão sobre o que são os DH e sua abrangência, buscando sua história para superar concepções equivocadas.
- *Educação em Direitos Humanos* – Trata da concepção adotada no Projeto, da natureza da Educação em Direitos Humanos e de seus princípios metodológicos.

- *“Educação em Direitos Humanos na escola é responsabilidade de todos”*– As atividades desse bloco são voltadas para o fortalecimento do grupo como equipe que compartilha o espaço, a história, a proposta educativa e o projeto coletivo da escola.
- *Mapeamento: um olhar cuidadoso para a escola* – Esse bloco traz atividades nas quais os educadores mergulharão na análise da vida cotidiana na escola em suas várias dimensões e tomarão decisões sobre quais mudanças desejam promover.
- *Plano de ação: é hora de agir* – Essas atividades subsidiam educadores e alunos no planejamento das ações definidas como prioritárias.

Com base nessas propostas, as UEs poderão eleger atividades em cada bloco e determinar o momento de ler e discutir cada texto de apoio, criando, assim, um processo formativo específico para o seu grupo. Esta edição considera a autonomia das escolas, princípio intrínseco ao Projeto Respeitar é Preciso! Sua implementação é realizada por meio da formação prática e reflexiva oferecida aos integrantes das CMCs (como indicado anteriormente) para que, compreendendo as concepções e a metodologia das atividades propostas, possam adaptar, criar e atuar junto à sua comunidade escolar de forma mais sensível e orgânica.

1. RESPEITO MÚTUO E DIREITOS HUMANOS

A experiência de um convívio pautado pelos princípios dos DH propicia a legitimação de valores que, uma vez adotados, passam a orientar o posicionamento diante de problemas como a homofobia, a discriminação étnico-racial e de gênero, a violência e o ódio social. Do mesmo modo, o estabelecimento de relações pautadas pelo respeito mútuo contribui para o afastamento da violência na vida dentro e fora das UEs. Essa é a finalidade da EDH.

Café com Respeito

Sugestões para iniciar as atividades do Projeto



Direitos Humanos é uma prática de vida, um estado de espírito. E deve ser ensinado à criança desde a primeira infância.”
Margarida Genevois

Pensando em incentivar a participação de todos na escola, é interessante apresentar o Projeto Respeitar é Preciso! como vivência coletiva, comunicando desde o início que esse projeto é uma construção de todos. Por isso, a proposta de um lanche e, se possível, de uma apresentação ou atividade artística cultural curta (declamação de um poema, canto de uma música, entre outras) é uma boa ideia para celebrar a chegada do Projeto na comunidade escolar. Sugerimos, então, convidar a todos para um café, mas um café diferente, o *Café com Respeito*, atividade que tem se mostrado bastante positiva nas escolas.

Se a intenção da atividade é promover a integração entre as pessoas, por meio do compartilhamento de um lanche, de um café, por exemplo, então, é importante que esse seja um momento descontraído, mas que também permita a todos o envolvimento efetivo na proposta de atividade.

Para isso, uma possibilidade é dar início aos trabalhos servindo o lanche, compartilhando a comida entre todos os presentes. Sempre observando, é claro, a preparação do espaço onde se desenvolverá a atividade, de modo a torná-lo aconchegante para o convívio entre todos e funcional para o desenvolvimento das propostas. Nesse sentido, outra sugestão que pode contribuir para o envolvimento de todos na atividade é reunir fotos da UE, notícias e outras imagens interessantes e pertinentes ao tema e também fazer uma seleção de vídeos do *Festival Entretodos*, os mais significativos para a comunidade escolar, para exibir no espaço em que será servido o lanche.

Os vídeos selecionados podem ficar “rodando” durante o café e/ou ser apresentados como abertura do encontro. Algo que costuma funcionar bastante nesse momento e que pode ser uma estratégia para dar início às atividades é o *cochicho*. A proposta é simples: por cerca de 5 minutos, todos devem *cochichar*, ou seja, estabelecer uma

conversa rápida e em voz baixa com o participante ao lado, sobre o que lhes vêm à cabeça quando se fala em respeito; depois, os participantes compartilham as ideias trocadas durante o cochicho. O objetivo é acionar em cada um o que se entende por respeito e, conseqüentemente, sobre o desrespeito, o que será abordado no decorrer do Projeto. É bem possível que surjam impressões e relatos acerca de situações desagradáveis de desrespeito, que costumam ser mais marcantes que as situações envolvendo o respeito propriamente dito.

É importante garantir um momento para que sejam apresentadas as linhas gerais do Projeto Respeitar é Preciso! e como ele funciona. As pessoas que já conhecerem algo do Projeto podem falar brevemente sobre aquilo que consideram relevante.

Essa é uma excelente oportunidade para que todos saibam dos encontros de formação, conheçam o material do Projeto, entendam como ele está estruturado, olhem seus conteúdos, as ilustrações e suas propostas numa leitura transversal. Esse é um bom momento para destacar que o Projeto conta com um portal que dá acesso a vários conteúdos multimídia, que são divulgados também em redes sociais. Certamente, surgirão questões sobre o Projeto e sobre o que a escola já refletiu a respeito do tema. Algo que vale sempre ressaltar é a importância de registrar as discussões e as ideias que surgirem, para retomá-las em momentos oportunos, durante as próximas ações do Projeto.

Finalização da atividade

Compartilhar as impressões sobre o Projeto e a participação da UE e marcar os próximos encontros. Ressaltar que o Projeto Respeitar é Preciso! deve mobilizar na escola os profissionais e os alunos de todos os níveis de escolaridade (Educação Infantil, Ensino Fundamental) e dos mais variados setores da escola (da secretaria ao refeitório, passando pelos porteiros, funcionários da limpeza, enfim, a comunidade como um todo). Se for necessário, pode-se definir quem se responsabiliza por disseminar a informação sobre o Projeto, reforçando o convite para participação nos próximos encontros.

Festival Entretodos
Realizado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, o Festival de Curtas-Metragens em Direitos Humanos estimula a produção de filmes como meio educativo e promotor do debate sobre os Direitos Humanos.

Elaboração da vivência

Fazer uma rápida reflexão para que os participantes tomem consciência do que estão levando desse encontro. Assim, cada um pode citar algo que chamou atenção ou foi importante para si. A ideia é começar a pensar e concretizar o sentido do Projeto Respeitar é Preciso! e do que ele trata.

Respeito é bom e eu gosto

Para realizar bem esse projeto, é preciso que todas as ideias acerca do respeito sejam expostas, discutidas e compartilhadas, para que cada participante possa confirmar algumas, abrir mão de outras, transformá-las, trocar impressões, fazer perguntas e ampliar os olhares sobre essa questão. Este talvez seja um primeiro passo a ser dado em direção a uma forma de educar que esteja firmemente pautada nos Direitos Humanos.

O objetivo desta atividade é compartilhar impressões, sentimentos e reflexões sobre o tema do respeito.

Para começar a falar sobre respeito e desrespeito, vamos individualmente recuperar experiências vividas e refletir sobre elas. A ideia é resgatar situações em que alguém tenha sido desrespeitado e também se perceber como ator de desrespeito, observando que isso acontece com todos... É importante observar quais sentimentos surgiram nessas situações.

Lembrar e registrar individualmente:

- Uma situação na escola em que você foi desrespeitado por alguém. Como se sentiu. Como reagiu.

- Uma situação na escola em que você foi respeitado por alguém. Como se sentiu. Como reagiu.
- Uma situação na escola em que você respeitou alguém. Como se sentiu. Como reagiu.
- Uma situação na escola em que você desrespeitou alguém. Como se sentiu. Como reagiu.

O registro desta atividade não precisa ser muito extenso e pode ser feito por meio de estratégias diferentes, como o uso de palavras representativas (palavras-chave) e com foco em cada situação, nos sentimentos mobilizados e nas suas reações.

De modo geral, os registros são instrumentos muito potentes para que se garanta a memória de tudo aquilo que é pensado e realizado durante o percurso do Projeto e servem para retomar essas memórias em momentos específicos, oportunos, em situações pontuais em que seja interessante esse resgate, contribuindo para aprofundar as reflexões coletivas. Lembrem-se de que estamos falando de algo que acontece de fato e que não devemos ter receio de externar isso. Portanto, vamos compartilhar essas questões com o grupo. O registro coletivo também é muito importante, porque poderá ser utilizado em momentos posteriores, além de ser uma forma de documentar o processo do grupo.

Considerando o que foi lembrado e compartilhado anteriormente, é possível elencar algumas questões para reflexão, entre as quais:

- O que leva uma pessoa a respeitar outra?
- O que leva uma pessoa a desrespeitar alguém?

É importante buscar respostas que não personalizem as questões nem apontem culpados. Como se viu no exercício, todos, em algum momento, podemos ser agentes de respeito e desrespeito, e tomar consciência disso é fundamental para nos conhecer, compreender o outro e avançar nas relações respeitadas.

A ideia aqui é buscar estabelecer relação entre essas situações e o contexto institucional com condições mais ou menos favoráveis (ou desfavoráveis) à vivência do respeito mútuo entre todos os integrantes da comunidade escolar.

“O que significa dizer que queremos trabalhar com Educação em Direitos Humanos? A Educação em Direitos Humanos é essencialmente a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana por meio da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Portanto, a formação dessa cultura significa criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos, que decorrem, todos, daqueles valores essenciais citados – os quais devem se transformar em práticas.”

Maria Victoria Benevides

Finalização da atividade

Compartilhar como foi refletir sobre situações de respeito e desrespeito. O que mobilizou em cada um?

Elaboração da vivência

No Projeto Respeitar é Preciso!, o respeito que será abordado é o respeito mútuo. Então, as questões importantes também são: Quem eu respeito? Por que eu respeito? Quem me respeita e por que me respeita? Eu me respeito?

TEXTO DE APOIO RESPEITO MÚTUO

No levantamento realizado no início do Projeto sobre a questão do respeito, embora muito desejado por todos, ele aparece como um valor muito pouco praticado em algumas escolas. As queixas de desrespeito vieram de todos os grupos da comunidade escolar (professores, alunos, diretores, profissionais de apoio, familiares). Nessa ausência, ficou evidente a seguinte relação de mutualidade: “Desrespeito porque não sou respeitado e só respeito quem me respeita”.

Se levado a ferro e fogo, isso cria um círculo vicioso de desrespeito que só poderá ser quebrado se tomarmos a decisão, como educadores que somos, de **respeitar sempre e a todos, independentemente de nos sentirmos ou não respeitados**. Esse é o primeiro e essencial passo da educação em valores. Tomar o respeito como princípio de vida e da atuação como educador é resultado de uma reflexão ética, de um desejo e de tomadas de decisão.

“Respeito” vem do latim *respectus*, que remete à ideia de “olhar outra vez”; prestar atenção a algo que merece um segundo olhar. Assim, **respeitar tem a ver com a disposição de conhecer, de prestar atenção e levar em consideração**.

Aqui, o respeito mútuo não está sendo proposto como mera prescrição, mero dever ser, mas como algo que permeia, por princípio, as relações estabelecidas pelos sujeitos, em toda e qualquer situação. O respeito mútuo implica reconhecimento de si e do outro como igual e diferente, porque o outro é igualmente digno de respeito, porque humano, independentemente da diferença de função, idade, raça, classe social etc., mas também porque único, singular.

E como se fazer respeitar? Respeitando a si mesmo e ao outro

Os alunos esperam reciprocidade e negociação justa na relação com os adultos, sendo necessário construir compromissos com eles, confirmando a autoridade dos adultos nesse ato. Uma das demandas recorrentes entre os alunos para se sentirem respeitados é a de serem ouvidos e levados a sério. Trata-se de um pedido de reconhecimento como sujeitos que se dá pelo cumprimento do trato de respeito mútuo, de estima social.

Se isso vale para a relação aluno-professor, vale também para a relação adulto-adulto. O respeito mútuo é fundamental para a vida em comum, para sedimentar na escola uma comunidade escolar.



2. DIREITOS HUMANOS: MAS, AFINAL, DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Muitas vezes, o termo “Direitos Humanos” é visto como algo muito genérico, que não diz respeito a todos, mas àqueles que precisam... Quais direitos eu tenho? Esses direitos sempre existiram? Quem os criou? Nestas atividades, vamos refletir sobre o que são Direitos Humanos e conhecer os documentos oficiais que tratam deles.

Atividades

Placas informativas

Provavelmente, todos já vimos, em algum momento e em diferentes locais, uma destas placas informativas:

É vedada, sob pena de multa, qualquer forma de discriminação em virtude de raça, sexo, cor, origem, condição social, idade, porte ou presença de deficiência ou doença não contagiosa por contato social, no acesso aos elevadores deste edifício.

Lei 11995 - Decreto nº 36.434 de 04/10/96

Atendimento Preferencial e Prioritário para:



- idosos acima de 60 anos
- gestantes
- pessoas com deficiência
- pessoas com crianças no colo

Ao lê-las, podemos pensar em diversas questões, como: O que essas placas informam? A quais direitos fazem referência? De maneira geral, as pessoas costumam levar a sério os dizeres contidos nas placas?

Esse pode ser um excelente ponto de partida para a atividade proposta a seguir. Outras questões podem complementar as primeiras: Quais outros direitos podemos identificar em nosso dia a dia? E na Unidade Educacional? Que outros hábitos do cotidiano, dentro e fora da escola, marcam a presença ou a violação de direitos? De que direitos?

Leitura e debate

Os Direitos Humanos são resultado de lutas, nem sempre pacíficas, que aconteceram ao longo da história da humanidade, e muitas continuam até hoje. Em 1948, vários países se reuniram e elaboraram o que ficou conhecido como **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, um marco muito importante que pode ser conhecido na leitura do texto a seguir.

Para enriquecer a leitura, podem-se formar pequenos grupos para conversar a respeito do texto e, então, compartilhar com todos o que entenderam e pensaram sobre a Declaração.

Sobre os Direitos Humanos

Logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que gerou pactos internacionais assinados e ratificados pelo Brasil e por muitos outros países – que abrangem os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais de todos os cidadãos.

Em seus trinta artigos, a Declaração define que todos os seres humanos têm direito à vida e à liberdade; à proteção da Justiça e a seus direitos fundamentais; à presunção de inocência até que a culpa seja provada; à liberdade de locomoção e residência, bem como de entrar em seu país e dele sair; a asilo em outro país, exceto por crimes de direito comum; a casar-se e constituir família; à propriedade; à liberdade de pensamento, consciência e religião, de opinião e expressão, de reunião e associação; a participar do governo e a acesso aos serviços públicos.

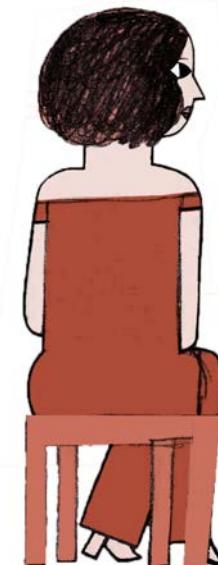
A Declaração determina ainda que a base da autoridade do governo é a vontade do povo, manifestada em eleições livres; que todos têm direito à segurança pessoal e à escolha de emprego, com salários iguais para trabalhos iguais; à organização de sindicatos; ao repouso e lazer, com férias remuneradas; à saúde e ao bem-estar, com cuidado e atenção especial à maternidade e à infância; e à instrução elementar e fundamental gratuita.

De outra parte, a Declaração Universal dos Direitos Humanos proíbe a escravidão e o tráfico; a discriminação; a tortura e os castigos cruéis; e interferências na vida privada, na família e no lar de todos, bem como ataques à sua honra e reputação.

Assim, os Direitos Humanos protegem todos nós, independente de quaisquer condicionantes de classe, gênero, raça, etnia, cultura, origem ou condição social; protegem a democracia, a nossa vida e a nossa liberdade.

Apesar de a Declaração Universal dos Direitos Humanos ter completado mais de setenta anos, ainda temos muito a aprender e conquistar com base nos princípios de liberdade e igualdade que ela traz.

Saiba mais sobre a evolução histórica da luta por Direitos Humanos no site: <http://www.dhnet.org.br/direitos>.



Literatura de cordel e vídeo

A literatura de cordel é um patrimônio cultural brasileiro. De maneira bastante peculiar, esse tipo de produção literária costuma tratar de temas cotidianos de modo profundamente crítico e instigante.

A seguir, a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* é apresentada em forma de cordel. Para além das conversas sobre o conteúdo propriamente dito, é interessante observar e discutir a estética do texto, isto é, a *forma* como a discussão é apresentada pelo autor.

A Declaração dos Direitos Humanos em cordel

Por Valdecy Alves

*O pai e o filho na sala
Juntos viam televisão
Noticiavam um crime
Que causara comoção
Diversas autoridades
Ali davam opinião*

*Locutores revezavam
Falando em crimes insanos
Dos praticantes do mal
Através de maldosos planos
Ao tempo que criticavam
Os direitos humanos*

*O filho já rapazinho
com tudo já concordava
Dizendo: – Pai, é isso aí
Onde esse povo estava
Com seus direitos humanos
Enquanto só se matava?*

*O tema central da mídia
Que defendia em tom forte
Era a lei de talião
Pro criminoso sem norte
Pregavam só um caminho
Que era a pena de morte*

*Perguntava assim o jovem:
– Por que somente bandido
Tem os direitos humanos
Para si só garantido
Ninguém no enterro da vítima
Completamente esquecido?*

*O pai ficou admirado
Com a jovem opinião
Tratou logo da resposta
Sem nenhuma hesitação
Sentia ser importante
Clarear a situação*

(...)

*– Direitos humanos, filho
Não se resumem ao preso
São muito mais complexos
Como painel de azulejo
Dos mais variados direitos
Não fique assim tão surpreso!*

*– Há os direitos civis
Ir, votar, vir, opinar,
O direito à igualdade
Criar, pensar, se expressar
Fundar associação
De ter, de ser, de casar!*

*– Direito a educação
Saúde, trabalho, lazer
Segurança, previdência
Direito a sobreviver
Proteger o idoso, a criança
Mesmo o direito de crê...*

*– Achar direitos humanos
Tratar só do criminoso
É pensamento restrito
É só crê no duvidoso
Ver-se apenas uma estrela
No céu imenso, espantoso!
(...)*



O fato de reconhecer que todos temos esses direitos não significa que todos eles estejam assegurados. Infelizmente, a humanidade ainda tem muito a conquistar.

A organização internacional Unidos pelos Direitos Humanos produziu, em 2009, um vídeo intitulado “A história dos Direitos Humanos” (disponível em versão legendada no endereço <https://www.unidospelosdireitoshumanos.org.br/what-are-human-rights/brief-history>), que pode ser apresentado aos participantes. O vídeo é uma oportunidade de observar e refletir sobre diferentes contextos históricos para entender melhor como chegamos até o momento em que se tornou fundamental a elaboração do documento que ficou conhecido como *Declaração Universal dos Direitos Humanos*.

Finalização das atividades

O cordel dos Direitos Humanos e o vídeo tratam do que são esses direitos e da necessidade de que façam parte da vida de todos para que realmente existam. Se vocês pensarem criticamente no seu cotidiano escolar, quais são os desafios que precisam ser superados para a concretização desses direitos?

Novamente sugere-se a elaboração de um registro coletivo dessa discussão, anotando os desafios e os direitos que podem ser mais bem assegurados na UE de vocês.

Elaboração das vivências

Compartilhar algo que surpreendeu vocês nessa discussão. Procurem destacar, caso tenha acontecido, algo que o grupo (ou parte dele) desconhecia se tratar de um Direito Humano e que foi possível descobrir por meio das atividades realizadas.

3. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS



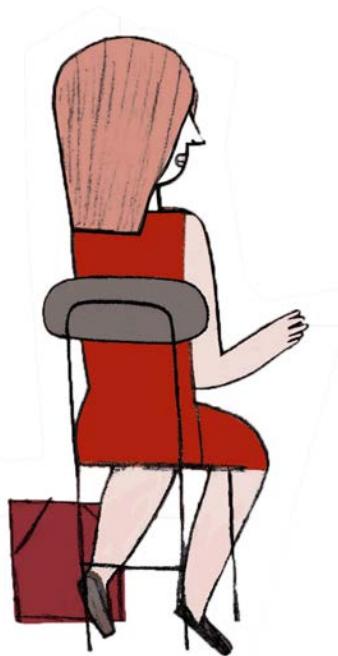
Um currículo pensado hoje precisa dialogar com a dinâmica e os dilemas da sociedade contemporânea, de forma que as novas gerações possam participar ativamente da transformação positiva, tanto da sua realidade local quanto dos desafios globais. Temas prementes, como direitos humanos, meio ambiente, desigualdades sociais e regionais, intolerâncias culturais e religiosas, abusos de poder, populações excluídas, avanços tecnológicos e seus impactos, política, economia, educação financeira, consumo e sustentabilidade, entre outros, precisam ser debatidos e enfrentados, a fim de que façam a humanidade avançar.”

Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Coordenadoria Pedagógica. Currículo da Cidade: Ensino Fundamental: História. São Paulo: SME/COPEd, 2017, p. 35.

Atividades

Reflexão individual

O texto a seguir traz as ideias centrais da concepção de Educação em Direitos Humanos que orienta esse projeto, assim como os documentos oficiais brasileiros sobre o assunto, como o Programa Nacional de Direitos Humanos, as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e o Plano Municipal de Educação em Direitos Humanos. Uma leitura silenciosa orientada pela questão “O que é essencial buscar garantir na prática da EDH?” possibilita um mergulho nessas ideias. Depois, uma troca no grupo favorecerá o aprofundamento e a ampliação da compreensão.



A Educação em Direitos Humanos parte de três pontos essenciais. Primeiro, é uma educação de natureza permanente, continuada e global. Segundo, é uma educação necessariamente voltada para a mudança. Terceiro, é uma inculcação de valores para atingir corações e mentes, e não servindo apenas de instrução meramente transmissora de conhecimentos. Acrescente-se, ainda, e não menos importante, que ou essa educação é compartilhada por aqueles que estão envolvidos no processo educacional (os educadores e os educandos) ou ela não será educação, e muito menos educação em direitos humanos. Esses pontos são premissas: a educação continuada, a educação para a mudança e a educação compreensiva, no sentido de ser compartilhada e de atingir tanto a razão quanto a emoção.”

Maria Victoria Benevides

Reflexão coletiva

Em pequenos grupos, ler o texto a seguir sobre Educação em Direitos Humanos, discutindo cada trecho e pensando sobre como as ideias apresentadas no texto se refletem na prática da sua Unidade Educacional. É possível especificar situações concretas do cotidiano escolar que permitem concretizar a Educação em Direitos Humanos na escola.

Depois disso, pode-se preparar uma apresentação sintetizando todas as reflexões, como num cartaz ou painel, para que os demais grupos também possam analisar o conjunto das ideias registradas.

EDH é uma educação em valores para a qual a experiência do respeito mútuo é essencial

O ensino e a aprendizagem de valores relativos aos Direitos Humanos têm como pressuposto e condição essencial a prática do respeito entre todos na comunidade escolar.

Quem não se sente respeitado também não respeita. Assim, respeitar o outro e se fazer respeitar é questão central e permanente uma vez que a capacidade de se autogerenciar com base no respeito mútuo vai se tornando cada vez mais efetiva e refinada ao longo da vida e das experiências. Essa é a base da educação em valores.

EDH acontece na experiência vivida, e não apenas com base em saberes teóricos

Quando falamos em Educação em Direitos Humanos, falamos do ensino de valores na perspectiva da formação de sujeitos de direito, isto é, de pessoas que aprendam a afirmar esses direitos de modo autônomo e democrático; que saibam dos direitos seus e dos demais e que compreendam sua responsabilidade para com os direitos de todos. Que compreendam que esses direitos envolvem uma multiplicidade de deveres por conta da universalidade dos direitos, sua indivisibilidade, sua reciprocidade. Portanto, para criar e desenvolver o compromisso com os princípios que sustentam os Direitos Humanos, é importante ter a possibilidade de experimentá-los e de refletir com seus pares acerca da experiência, para, assim, adotá-los, por sua própria vontade, como princípios de vida. Em outras palavras, é preciso vivenciar para compreender em profundidade o seu sentido, e não apenas ter conhecimentos sobre os DH, mesmo sendo este um ponto muito importante, pois não há esse conhecimento no Brasil.

EDH pede protagonismo de quem aprende

Atuar como protagonista possibilita aprender a tomar decisões e a atuar coletivamente, reconhecendo seu papel e considerando o dos demais, e, com isso, construir uma imagem de si próprio como cidadão. Em outras palavras, o protagonismo promove o empoderamento (a crença na própria capacidade e possibilidades), necessário para atuar e fazer valer os DH na sociedade. O trabalho educativo será orientado no sentido de proporcionar situações para que os princípios sejam colocados em prática, de modo que todos, adultos, crianças e adolescentes, se envolvam no planejamento e na realização de ações internas e/ou externas à escola, como promotores e defensores dos Direitos Humanos, visando às reais transformações em seus contextos de vida e/ou no convívio escolar.

Na EDH, o trabalho coletivo é essencial

Ainda que seu aprendizado se inicie no âmbito familiar, valores e atitudes são produções sociais e são aprendidos em contexto social. Daí, a importância de priorizar atividades coletivas: o diálogo, o debate, a troca e a cooperação são contextos essenciais para a construção dos valores em questão. Pela mesma razão, na escola, na medida em que todos fazem parte de uma mesma comunidade educativa, todos os integrantes precisam estar envolvidos no processo de EDH. Portanto, é necessário cuidar especialmente das relações interpessoais que se dão nas diferentes instâncias da instituição e entre os diferentes participantes dela e também incentivar, valorizar, priorizar e planejar momentos educativos em que se aprenda a trabalhar coletivamente e de acordo com os valores que fundamentam os DH.

EDH precisa contemplar a história da luta pelos Direitos Humanos

Outro elemento metodológico importante da EDH, que possibilita a compreensão aprofundada das questões da realidade atual, é a perspectiva histórica dos Direitos Humanos, das lutas para conquistá-los e para assegurar sua prática, como aquelas vinculados ao direito ao trabalho, ao direito a uma vida digna, ao direito à educação e à cultura da humanidade. É importante ter uma visão de que esses direitos constituem um conjunto em construção, que há situações em que ocorrem conflitos de direitos, que há lutas sociais para a sua garantia nos mais diversos países e momentos históricos e que é preciso não deixar que se repitam situações de desumanidade, como os períodos de morticínio dos indígenas brasileiros, da escravidão, da ditadura do Estado Novo e da ditadura iniciada com o golpe civil-militar em 1964. No âmbito internacional, acontecimentos que, embora externos, impactaram a sociedade brasileira (como o Holocausto) também precisam ser conhecidos para que não se repitam. Essa perspectiva histórica deve estar em diversas situações coletivas de aprendizagem.



EDH acontece ao longo da vida

Ninguém nasce justo, respeitoso, sabedor dos próprios direitos e dos demais. Aprendemos a sê-lo. E nos tornamos cada vez mais capazes de ser à medida que podemos praticar e conviver com quem pratica esses valores. Essa não é uma aprendizagem pontual nem simples. Demanda tempo, vivência e reflexão. As crianças, os adolescentes e os jovens vão construindo (ou não!) paulatinamente as capacidades para serem justos, para usar o diálogo na resolução de conflitos, para reconhecer a perspectiva do outro, para compreender a complexidade das situações, para gerenciar suas ações com base em princípios. Por isso, a EDH precisa ser pensada como um processo contínuo e permanente, ser realizada ao longo de toda a escolaridade, de modo que sua prática se torne parte intrínseca da tarefa educativa.

EDH nos documentos oficiais

A discussão da Educação em Direitos Humanos não é novidade no Brasil. Podemos citar importantes documentos que, ao longo do tempo, deram sustentação e legitimação à luta pelos Direitos Humanos, buscando a cultura de Direitos Humanos na escola: o Programa Nacional de Direitos Humanos-3 (2009), o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica – Direitos Humanos, homologada pelo Conselho Nacional de Educação em maio de 2012.

*Para o Projeto Respeitar é Preciso!, outros documentos da Secretaria Municipal de Educação (SME) são fundamentais, como o do Programa Mais Educação São Paulo e o “Diálogos interdisciplinares a caminho da autoria”. **Você pode conhecer os documentos na íntegra visitando os sites indicados na bibliografia.***

Nesta atividade, cada grupo apresenta a síntese da sua produção e, ao final, todos são convidados a olhar o conjunto dos painéis ou cartazes e a pensar o quanto já contemplam os princípios da EDH e quanto mais podem avançar. Vale a pena registrar essa discussão.

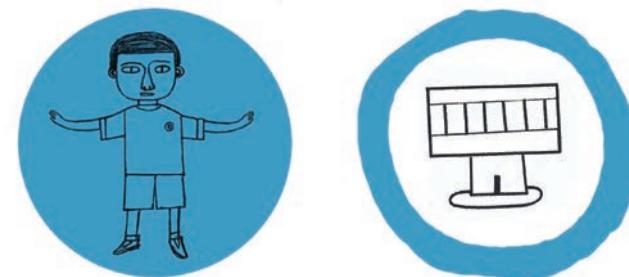
Finalização das atividades

Ler conjuntamente o seguinte trecho das Diretrizes Nacionais para a EDH e abrir para comentários:

“As escolas assumem importante papel na garantia dos Direitos Humanos, sendo imprescindível, nos diversos níveis, etapas e modalidades de ensino, a criação de espaços e tempos promotores da cultura dos Direitos Humanos. No ambiente escolar, portanto, as práticas que promovem os Direitos Humanos deverão estar presentes tanto na elaboração do projeto político-pedagógico, na organização curricular, no modelo de gestão e avaliação, na produção de materiais didático-pedagógicos, quanto na formação inicial e continuada dos profissionais da educação”.

Elaboração das vivências

Cada participante compartilha algo que aprendeu nestas atividades, citando um aprendizado em especial.



Texto de apoio
EDUCAÇÃO EM VALORES

“Desde muito pequenas, as crianças devem ser mediadas na construção de uma visão de mundo e de conhecimento como elementos plurais, formar atitudes de solidariedade e aprender a identificar e combater preconceitos que incidem sobre as diferentes formas dos seres humanos se constituírem enquanto pessoas. Poderão assim questionar e romper com formas de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa, existentes em nossa sociedade e recriadas na relação dos adultos com as crianças e entre elas. Com isso, elas podem e devem aprender sobre o valor de cada pessoa e dos diferentes grupos culturais, adquirir valores como os da inviolabilidade da vida humana, a liberdade e a integridade individuais, a igualdade de direitos de todas as pessoas, a igualdade entre homens e mulheres, assim como a solidariedade com grupos enfraquecidos e vulneráveis, política e economicamente. Essa valorização também se estende à relação com a natureza e os espaços públicos, o respeito a todas as formas de vida, o cuidado de seres vivos e a preservação dos recursos naturais.”

Parecer CNE/CEB n. 20/2009 – Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – Princípios Éticos

Será possível ensinar valores na escola? Para responder a essa pergunta, talvez a melhor forma seja fazer outra pergunta: Será possível **não** ensinar valores na escola?

É importante compreender que a educação em valores está profundamente ligada à escola como espaço de convivência e socialização, desde os primeiros anos de vida. Mesmo sem saber, ou sem querer, os educadores estão sempre ensinando e os alunos estão sempre aprendendo valores, seja por meio dos conteúdos das aulas, seja pela participação no convívio escolar, nas interações com todos os integrantes da comunidade escolar.

Convívio escolar

Quando falamos de convívio escolar, estamos nos referindo a todas as relações e situações vividas em função da escola, de seu projeto político-pedagógico, não só em seus diversos espaços (solário, trocadores, banheiros, corredores, pátios, secretaria, sala dos professores, salas de aula, salas de leitura, laboratórios de informática educativa, cozinhas e refeitórios, piscina, quadra etc.), como também nos espaços educativos fora da escola (passeios, viagens de estudo de meio, saídas a teatros e exposições, espaços de parceiros etc.). No convívio escolar, destacam-se as relações vividas entre os diversos integrantes da comunidade escolar (alunos, diretores, coordenadores, professores, profissionais de apoio, famílias, parceiros, terceirizados etc.).

A comunidade escolar, então, precisa se qualificar como uma *comunidade de aprendizagem*, em que todos se dispõem a aprender: do aluno ao diretor, do funcionário da limpeza ao segurança, do parceiro da organização não governamental ao parceiro de outros equipamentos públicos, como os profissionais da Unidade Básica de Saúde ou da Guarda Civil Metropolitana. Todos precisam se entender como educadores e aprendizes. Essa abertura para o novo ajudará a fazer desse grupo um coletivo criativo.

Não se trata de formar “cidadãos bons”, dóceis, bem-educados, que tenham boas maneiras, que obedeçam à lei apenas como ato de submissão. Trata-se de uma formação ética fundada na construção da autonomia e que serve de base para uma vida cidadã. A proposta é formar cidadãos que adotem os valores e as normas deles decorrentes, por legitimá-los por meio de uma compreensão crítica, por acreditar que são bons para si e para os demais e não por serem obrigados a isso ou por controle externo. Essa é uma reflexão que mobiliza racionalidade e afetividade e que não é isolada, precisa se dar na relação consigo e com o outro, na vida pública, com a igualdade e com a diferença de cada um. E, aqui, é importante considerar pelo menos dois aspectos que interferem no processo educativo: a construção do autorrespeito e da capacidade reflexiva.

O autorrespeito, ou uma autoimagem positiva

Os alunos precisam perceber os valores que queremos ensinar como algo bom, de que podem se orgulhar, que os valoriza diante deles próprios, de seus pares e dos adultos com quem convive (familiares, educadores ou outros). A autoimagem positiva ajuda os alunos a se acreditarem dignos de respeito. Nesse sentido, o pertencimento a determinado grupo (a escola, a comunidade, o time), a aceitação pelos demais, o sentir-se valorizado e o compartilhar realizações são fatores favoráveis tanto para a construção da autoimagem positiva quanto para a adoção dos valores desse grupo, podendo fazer com que *sejam desejados e façam parte da identidade pessoal do grupo*. De outro modo, situações de injustiça, humilhação e exclusão destroem o autorrespeito de quem as sofre e podem gerar sentimentos de depressão, reações de apatia ou agressividade e violência.

A capacidade reflexiva

Se o que desejamos é autonomia (e não obediência), é preciso que os alunos aprendam a refletir sobre as normas que desejamos que cumpram para que possam compreender os valores que as orientam, compreender a sua finalidade, julgar a sua justiça e a sua pertinência e para construir outras normas que ajudem a organizar a vida comum na escola. Esse é um trabalho educativo valioso que possibilita atribuir sentido às regras, adotá-las de modo consciente e responsabilizar-se pelo seu cumprimento. O mesmo se aplica às decisões que os alunos precisam tomar no dia a dia: precisam aprender a pensar sobre os valores que estão em jogo, sobre as causas e as consequências de diferentes decisões possíveis, sobre as intervenções necessárias para fazer valer os princípios de justiça e solidariedade, considerando a perspectiva do bem comum. Se queremos que aprendam a respeitar ideias diferentes das suas, temos que ensiná-los a dialogar. Assim, é possível que essa capacidade e essa atitude de refletir e decidir com base em princípios se desenvolvam e se tornem cada vez mais potentes.

Outro aspecto muito importante no processo educativo no que se refere aos valores é a coerência entre o discurso e as ações dos adultos e educadores. Aí também se inscreve a questão das punições. É essencial refletir sobre sua função educativa, promotora da adesão aos valores, e não o contrário. Nesse quesito, estão em jogo a justiça e a correspondência entre a sanção e a transgressão praticada.

Quanto mais a sanção tiver relação com o ato praticado e com a reparação dele (física ou simbólica), maior a possibilidade de ser considerada justa e de proporcionar aos sujeitos envolvidos uma experiência alternativa ao papel de transgressor, favorecendo a formação de uma imagem de si como alguém capaz de respeitar e ser respeitado. Assim, ter a oportunidade de se responsabilizar pelo ato cometido e lidar com seus efeitos por meio de uma sanção justa (e não meramente vingativa) permite àquele que cometeu o ato se colocar como sujeito diante do outro. Dessa forma, a sanção será um ato educativo, como devem ser as práticas escolares.

Segundo o Programa Mundial de Educação em DH (PMDE, ONU, 2006): “A Educação em Direitos Humanos vai além de uma aprendizagem cognitiva, incluindo o desenvolvimento social e emocional de quem se desenvolve no processo de ensino-aprendizagem”.

4. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA É RESPONSABILIDADE DE TODOS



O que não é, porém, possível é sequer pensar em transformar o mundo sem sonho, sem utopia ou sem projeto. (...) Na verdade, a transformação do mundo a que o sonho aspira é um ato político, e seria uma ingenuidade não 're-conhecer' que os sonhos têm seus 'contra-sonhos'."

Paulo Freire, em *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*

Para a Educação em Direitos Humanos acontecer, é importante que o envolvimento da equipe da escola seja coletivo, mas também pessoal, pois demanda o compromisso de cada integrante e a mobilização coletiva para implementar um processo de revisão das práticas educacionais no convívio escolar.

Nesse sentido, para definir juntos uma maneira de trabalhar, é fundamental compartilhar os desejos que movem cada um no Projeto e alinhar caminhos para ter clareza de onde se quer chegar.

Atividades

Mapa dos sonhos e dos pesadelos para a escola

O principal objetivo desta atividade é criar um espaço onde cada um possa compartilhar valores, sonhos e também dúvidas e temores relativos à ideia de tomar o respeito mútuo como princípio de convivência no ambiente escolar. Dessa forma, com base nas ideias que fundamentam a Educação em Direitos Humanos, será possível visualizar onde se quer chegar (e onde não se quer chegar) e o que o grupo deseja e precisa construir na Unidade Educacional.

Nesta atividade, sugerimos a realização de uma coleta de sonhos e pesadelos para a escola:

1. Cada participante recebe duas fichas (ou adesivos), cada uma de uma cor. Pensando na presença do respeito mútuo na escola, a proposta é que os participantes escrevam, numa delas, um sonho que quer ver realizado na sua escola e, na outra, uma situação que não gostaria que se estabelecesse na escola (pesadelo).
2. Após essa coleta, confeccionar coletivamente um cartaz, no qual serão afixados, de um lado, os sonhos e, do outro, os pesadelos de cada um. É importante que se reserve um tempo para que todos possam observar e conhecer o que foi afixado, comentar, conversar e compartilhar suas impressões.
3. Depois dessa breve conversa informal, os participantes tentarão organizar as fichas de cada um dos lados com base em critérios como: sonhos possíveis/impossíveis de se realizar; sonhos de curto/médio/longo prazo; sonhos compartilhados/de alguns etc. Fazer o mesmo com os pesadelos: pesadelos coletivos/individuais; pesadelos que já nos ameaçam; pesadelos distantes, os que podem ser evitados etc. É importante que essa tarefa não seja feita em silêncio e que todos possam "pensar alto", por assim dizer, até que o quadro fique pronto. A ideia de usar as fichas (ou adesivos) possibilita a movimentação delas no quadro, inclusive da área dos sonhos para a dos pesadelos, se o grupo assim desejar.
4. Sugerir a todos que olhem atentamente para o quadro e o tomem como ponto de partida e referência para as ações de valorização do respeito e dos valores no espaço escolar.





Finalização da atividade

Fotografar e guardar o quadro/mapa para que possa ser retomado, consultado e/ou modificado pelo grupo em outros momentos do Projeto.

Elaboração da vivência

Cada participante poderá expressar, com uma palavra, a sensação de compartilhar essas ideias.

Um mural-símbolo do Projeto

Vamos dedicar um tempo para conversar sobre o Projeto e fazer um pacto entre os integrantes do grupo. Do que trata esse projeto? O que vai mudar no meu trabalho e na escola? O que vai mudar nas relações entre todos? Quais são os sonhos de cada um e do coletivo? Essa reflexão permite o alinhamento de expectativas e facilita o diálogo ao longo de todo o desenvolvimento do Projeto, fortalecendo ou criando laços entre todos do grupo.

A atividade proposta a seguir tem a função simbólica de iniciar os trabalhos, possibilitando que todos se sintam *no* grupo e *com* o grupo.

A sugestão aqui é a construção coletiva de um mural do Projeto Respeitar é Preciso! que envolva a todos em torno do material para confeccionar um painel e assim divulgar todas as ações do Projeto, os avisos do que irá acontecer (dias de encontros, atividades, pesquisas, realizações das CMCs), notícias do que já aconteceu (os encontros, o que foi decidido, o que foi feito, entre outros). O painel pode conter textos, fotos, ilustrações e o que mais for conveniente para cumprir o papel de reunir e divulgar informações relacionadas ao Projeto.



Fique de olho *Fixar o painel coletivamente num lugar visível e acessível da escola.*

Quando o painel estiver pronto, é interessante que os participantes sejam chamados a expressar o seu empenho no Projeto e o compromisso que pretendem para que ele aconteça.

Outra sugestão é a escrita coletiva de uma carta de intenções e alguns dizeres dos compromissos assumidos pelos membros da escola.

Finalização das atividades

Finalizar com a leitura de uma carta de intenções, da declamação de poemas sobre os Direitos Humanos ou como cada grupo decidir se expressar. Não vamos esquecer, no entanto, que esse pacto de adesão precisará ser continuamente reconfirmado ao longo do trabalho, não necessariamente em rituais. A cada obstáculo a ser superado, será preciso lembrar e retomar esse pacto para reafirmar a vontade de todos de estar nessa empreitada e confirmar por que se comprometeram com ela.

Elaboração das vivências

É um momento a ser festejado com comes e bebes, músicas e atividades culturais.

5. FAZENDO VALER AS EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Formado o grupo, é hora de refletir sobre como o grupo vai funcionar, construir combinados, estabelecer canais de comunicação não apenas do ponto de vista formal, mas de como se darão as relações entre os membros do grupo, coerentes com os valores fomentados no Projeto. Todos já tiveram experiências anteriores

de vivências grupais e aprenderam com elas. É importante trazer essas experiências e partir delas para enriquecer a vivência que se inicia com esse projeto.

Atividades

Em grupos de três, compartilhar experiências positivas e negativas de grupo de estudos ou trabalho do qual já tenham participado. À medida que os participantes de cada grupo compartilham, registrar em poucas palavras o que contribuiu para que fosse uma boa experiência e o que determinou uma experiência negativa com base nas seguintes questões:

- Como avaliar se uma experiência de grupo foi boa ou não?
- Como o grupo foi organizado? Quais foram os principais combinados? Quais dinâmicas de trabalho foram eficazes?
- Você se sentiu à vontade para se expressar? Se não ou se sim, o que você acha que determinou isso?
- Quais foram as atitudes das pessoas? O que pode ser trazido para esse projeto?
- O que não funcionava bem no grupo? Que dinâmicas não foram eficazes? Quais foram os entraves? O que não gostariam de repetir nesse projeto?
- Que valores foram contemplados no modo de funcionar da experiência positiva? Que valores deixaram de ser contemplados no modo de funcionar da experiência negativa?

Fazer um registro coletivo na lousa (ou em folhas grandes de papel) dos diferentes aspectos que surgiram (positivos e negativos). É muito importante poder recuperar essas experiências depois. Organizar o registro em duas colunas: “O que queremos repetir” e “O que não queremos repetir”.

No coletivo, definir o que é importante especificar nesse momento como combinado de funcionamento e organização, contemplando a discussão anterior e tendo em vista que as próximas etapas de trabalho serão o mapeamento e a elaboração de um plano de ação para a escola. Alguém do grupo escreve na lousa os tópicos.

Ao final, esses tópicos precisam incluir também aspectos mais objetivos, como tempos, horários, próximos momentos de encontro, mobilizadores, pessoas responsáveis.

Lembrar que algumas decisões serão tomadas no momento do planejamento do mapeamento e outras, no momento do planejamento do plano de ação. Nenhum combinado é fixo ou eterno.

Finalização das atividades

Lembrar a data do próximo encontro. Combinar quem vai preencher o mural com os combinados de funcionamento, bem como quais combinados vão para o mural.

Elaboração das vivências

Parar, pensar e compartilhar expectativas pessoais em relação ao desenvolvimento das próximas atividades no que diz respeito ao funcionamento do grupo. Identificar o que será fácil e natural e o que será preciso de um investimento extra para manter o funcionamento respeitoso durante as atividades planejadas.

Para aprofundar nesse ponto, indicamos a leitura do texto de apoio “Um processo de mudança no coletivo” (p. 116).

6. MAPEAMENTO: UM OLHAR CUIDADOSO PARA A ESCOLA



(...) o ambiente educacional diz respeito não apenas ao meio físico, envolvendo também as diferentes interações que se realizam no interior e exterior de uma instituição de educação.”

Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos

A EDH é um movimento de mudança cultural que visa transformar práticas muitas vezes naturalizadas no ambiente das escolas. Para isso, é preciso voltar-se para a própria Unidade Escolar com um olhar interessado em descobrir se, o quanto e como ela está comprometida com a promoção e a vivência do respeito mútuo, tomado aqui como base para a vivência de relações não violentas. Assim, é essencial olhar a escola não só como um espaço físico, estático e aparentemente perene, imutável, como se poderia pensar ao olhar para a planta da escola ou para seus muros, mas compreendê-la como um espaço que funciona como um sistema de relações, entre tempos, afetos (percepções, sensações e sentimentos), pessoas, coisas...

Nesse momento do Projeto Respeitar é Preciso!, a proposta é levantar tanto as situações que nos apontam a existência do respeito mútuo quanto aquelas que nos preocupam nesse sentido e, por isso, precisam ser transformadas. É um levantamento que possibilitará iniciar uma análise da instituição do ponto de vista da qualidade das relações, o que é básico e essencial para o ensino de valores, para que depois haja a formulação de um plano de ação que oriente para alcançar as mudanças desejadas.

Atividades

Navegar pela escola: sensibilização

Vamos iniciar pela confecção de um “mapa” da escola, construído com base nos olhares e nos sentimentos de todos os participantes do Projeto. A sugestão é desenhar

uma planta grande para cada andar e incluir no térreo a área aberta da escola. O desenho da planta pode ser previamente preparado ou realizado na hora da atividade.

À deriva – É importante “re-conhecer” a escola, olhar com outros olhos e ver o que muitas vezes não vemos por causa de um automatismo cotidiano. Vale retomar os registros das situações de respeito e desrespeito vivenciadas e coletadas no grupo, em momentos anteriores, como o da realização da atividade “Respeito é bom e eu gosto”. (Caso não tenham feito, é interessante fazê-la agora.) A ideia é que o grupo de educadores (e, se for possível, incluir grupos de alunos) faça uma caminhada “à deriva” pela escola para uma primeira exploração, de modo que cada participante se perceba nos diferentes espaços e identifique:

- Quais espaços costuma frequentar mais e quais frequenta menos?
- Como, para que e com quem utiliza esses espaços?
- Que lembranças, sensações e sentimentos afloram em cada um desses espaços?

Registro – Cada participante escolhe três desses espaços e registra suas percepções:

- as sensações agradáveis e desagradáveis;
- o que a organização e o estado de conservação comunicam;
- como as pessoas circulam e interagem;
- as regras implícitas e explícitas que vigoram nesses espaços;
- as situações de respeito e desrespeito já vividas ou presenciadas em cada um dos espaços.

Quanto mais claro e rico for o registro dessas percepções, mais completo ficará o mapa coletivo do grupo, reunindo todas as impressões dos participantes para que se tenha um panorama dessas questões na escola. Os registros podem ser feitos por escrito, foto, desenho etc.



(...) é importante lembrar que, inerentes à convivência humana, os conflitos também se fazem presentes nas instituições de educação. (...)

Assim sendo, tais instituições devem analisar a realidade criticamente, permitindo que as diferentes visões de mundo se encontrem e se confrontem por meio de processos democráticos e procedimentos éticos e dialógicos, visando sempre ao enfrentamento das injustiças e das desigualdades. É dessa forma que o ambiente educativo favorecerá o surgimento de indivíduos críticos, capazes de analisar e avaliar a realidade a partir do parâmetro dos Direitos Humanos.”

Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos

Um primeiro mapa coletivo – Cada pessoa tem suas experiências, suas impressões, seus sentimentos e um olhar singular para o que acontece no dia a dia vivido nos espaços da escola. São esses espaços que compõem a escola real e que, ao serem explicitados e organizados, permitem que o grupo reflita sobre o que essa instituição comunica e sobre quais valores ela ensina na prática. Para essa reflexão, pode-se usar como apoio o desenho de uma planta baixa da escola, sobre o qual são colocados os registros feitos durante a caminhada “à deriva”. Isso dará visibilidade a esses espaços, permitindo que o grupo pense junto. Assim, os escritos, as fotos e os desenhos, colados ou reproduzidos na planta baixa, vão compor um “mapa” da escola. Além desses registros, vale a pena incluir as situações de respeito e desrespeito vivenciadas que tenham sido coletadas em atividades anteriores.



Roda de conversa – Com uma roda de conversa em volta do mapa, na qual sejam trocadas as lembranças e as observações feitas durante a caminhada pela escola, o grupo poderá construir uma representação compartilhada, destacando as semelhanças e as diferenças, as potencialidades e os problemas sobre os quais vale refletir. Esse exercício, assim como o mapa de sonhos, possibilita a visualização do caminho necessário para que a escola real se torne a escola desejada pelo grupo.

Finalização da atividade

Elencar as principais questões emergentes da conversa, pontuando tanto o que foi indicado como problema quanto aquilo que já existe de positivo na escola como fato ou como potencialidade.

Elaboração da vivência

Compartilhar a resposta para a seguinte pergunta: Modificamos a visão que tínhamos da escola?

O mapeamento: identificando problemas e potencialidades

Aquilo que pode ter sido levantado com base nas impressões e nas experiências pessoais durante a caminhada “à deriva” e na montagem do mapa precisa ser analisado coletivamente para que a reflexão não fique restrita ao limite individual.

Para tanto, a proposta é aprofundar o olhar sobre a escola focando os aspectos apresentados a seguir, organizados em cinco campos de análise:

Campo 1) *A REDE DE RELAÇÕES* – As relações que se estabelecem entre todos os integrantes da escola (alunos, profissionais de apoio, professores, diretores, coordenadores, adultos responsáveis, familiares etc.).

Campo 2) *QUEM NÃO SE COMUNICA...* – As formas de comunicação que existem na escola.

Campo 3) *DESACOSTUMAR PARA MUDAR* – As regras de convivência e funcionamento da escola.

Campo 4) *O ESPAÇO E O TEMPO* – A organização do espaço e do tempo escolar.

Campo 5) *O PATRIMÔNIO DE CONHECIMENTO QUE A ESCOLA POSSIBILITA CONSTRUIR* – Os conteúdos historicamente construídos, selecionados para o Ensino Fundamental e as experiências planejadas na Educação Infantil.

Esses campos foram propostos para facilitar a análise, mas podem ser organizados de forma diferente, sendo criados outros campos interessantes para serem incluídos na atividade.

Importante: Nenhuma das sequências de atividades aqui propostas esgota a complexidade de cada um dos campos eleitos. Elas apenas iniciam a prática de olhar a escola de modo analítico, que, para efetivar a cultura de EDH, precisa ser apropriada pela equipe e retomada a cada dia para se tornar permanente.



Fique de olho

Em razão da relevância dessas reflexões, é importante desenvolver as atividades em diferentes encontros para que se tenha mais tempo e todos possam pensar sobre os diferentes aspectos da vida escolar, seus problemas e suas potencialidades, produzindo um mapeamento que melhor a represente. Esse tempo e o número de encontros devem ser gerenciados de acordo com as possibilidades em cada local. Portanto, as atividades propostas para o mapeamento podem ser agrupadas em um, dois ou mais encontros.

Campo 1) A rede de relações

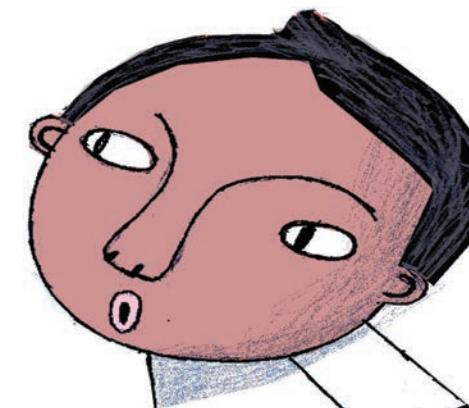
Mesmo que os papéis e as funções de todos os que participam do dia a dia da escola estejam definidos de forma clara e minuciosa, as relações que se estabelecem entre as pessoas são bastante complexas e envolvem questões de poder, grau de intimidade e de reconhecimento do trabalho do outro, incluindo a história de cada escola, a capacidade de escuta mútua, entre tantas outras variáveis. São as relações dos adultos entre si (gestores, professores, profissionais de apoio, familiares), entre os adultos e os alunos, dos alunos entre si, dos profissionais da escola com os familiares e responsáveis, da escola com sua comunidade.

Essas relações construídas entre os diversos sujeitos contribuem de forma decisiva para a construção e a sustentação de um ambiente de trabalho e estudo norteado pelo respeito mútuo.



Daí, a importância de um olhar atento, buscando detectar situações que geram humilhação para os envolvidos, seja por motivo de relações de poder e/ou discriminatórias, sejam elas dissimuladas ou explícitas. Discriminações e preconceitos de etnia, origem, gênero, orientação sexual, idade, entre outras, são combustível para o desrespeito e para as violências simbólicas ou físicas entre os alunos e entre alunos e adultos. Do mesmo modo, o uso arbitrário do poder sobre o outro (lembrando que todos têm poder em alguma medida) e o autoritarismo nas suas múltiplas variações também são formas de violência. Por outro lado, é importante não deixar de evidenciar relações de solidariedade, acolhimento, reconhecimento respeitoso do outro, valorizando-as e tomando-as como referência de possibilidade.

O campo de análise das relações interpessoais que ocorrem na escola talvez seja aquele que mais vai tocar cada participante em suas atitudes e em seus sentimentos. Contudo, não se trata de identificar os responsáveis pelas situações (aquelas em que o respeito está presente, ou aquelas em que isso não acontece). O importante é observar como e por que acontecem e, a partir daí, disparar um processo de reflexão focado em *como* sustentar a soberania do respeito no ambiente escolar, e não na recriminação de situações de desrespeito.



Atividades

Narrativas – Cada participante pode fazer uma rápida narrativa de como costuma ser o seu dia na escola, desde a sua chegada, tentando se lembrar das pessoas com as quais se encontra, o que diz a elas e com quem se relaciona indiretamente. Por exemplo: “Quando entro na escola, a primeira pessoa que costumo encontrar é _____. Vou à cozinha e tomo café feito por _____. Tomo a água que foi colocada por _____. Uso o banheiro que foi limpo por _____. Quanto entro no meu local de trabalho, a primeira coisa que faço é _____. Durante o meu dia, me relaciono intensamente com _____”. Uma fala curta, mas que indique algumas das pessoas com quem cada um mais se relaciona e direcione o olhar para quem faz o quê.

Situações cotidianas – Em pequenos grupos, escolhe-se uma situação vivida na escola para analisar e depois dramatizar, como forma de compartilhar as reflexões com os outros grupos. É importante que seja uma situação considerada marcante ou exemplar de algo recorrente que costuma ser observado nas relações entre as pessoas.

Cuidar das relações entre os sujeitos é algo que vai além da cortesia, da “boa educação” e do bom humor. Trata-se de imprimir o respeito em cada uma das ações, estejam elas relacionadas à tomada de decisão, à mediação de conflitos ou à resolução de situações de emergência, considerando sempre o papel que os adultos cumprem na escola: a função de educadores.

Para escolher a situação

Algumas questões para inspirar a escolha da situação:

- Vocês conseguem identificar pessoas (adultos ou alunos) que não se sentem respeitadas na escola? Quem? Em quais situações? O que provoca esse desrespeito?

- Que práticas presentes no cotidiano escolar vocês identificam como promotoras do respeito entre as pessoas?
- O que acontece quando alguém se sente desrespeitado? Como são encaminhadas essas situações? Os encaminhamentos são realizados de forma respeitosa?
- Que tipo de discriminação já ocorreu ou costuma ocorrer no ambiente escolar? Como isso acontece?
- Há situações de violência na escola? Que tipo de violência? Em que circunstâncias?
- No ambiente escolar, é possível falar o que se pensa e colocar opiniões mesmo que divergentes da opinião da maioria? Todas as opiniões costumam ser respeitadas? É possível, para o grupo, ouvir e considerar opiniões diferentes daquelas com as quais concordamos?

Preparação da encenação

Depois de escolher uma situação significativa, a ideia é montar uma cena incluindo os participantes, suas atitudes e seus sentimentos. Os integrantes do grupo definem quem vai representar cada “personagem”, suas falas, sua atuação e preparam uma dramatização para apresentar aos demais as questões a serem discutidas e provocar reflexões sobre os aspectos considerados essenciais.



Fique de olho

Ninguém precisa ser “ator” ou “atriz”, o objetivo é trazer as questões para que sejam vistas e discutidas e não apresentar a melhor peça teatral. Para facilitar a dramatização, o grupo pode representar a situação escolhida em, no máximo, três cenas: contexto, clímax e desfecho.

Dramatização e debate – Encenação das situações selecionadas, trazendo a complexidade da realidade representada.

Após as dramatizações de todos os grupos, segue-se um debate sobre a presença do respeito ou do desrespeito com base no que foi apresentado.

Algumas questões importantes para o debate:

- Essas situações acontecem com frequência? As pessoas da escola reconhecem já terem vivido ou presenciado situações como as que foram encenadas?
- Há consenso entre todos sobre o que é considerado manifestação de respeito e de desrespeito? Há contradições entre algo considerado respeito ou desrespeito? Por exemplo: O uso do boné pelos alunos em sala de aula; chamar os professores de “sr.” ou “sra.”; falar palavrão; usar o cargo em vez do nome para se referir a alguém (“a tia da limpeza”, “a moça da cozinha”); sair no meio de uma reunião para fazer outra coisa; faltar ou atrasar sem avisar; comentar questões de caráter pessoal de membros do grupo em momentos coletivos (na classe, na reunião de pais).
- Há necessidade de mudanças? Quais?

Finalização das atividades

Sistematizar o que foi trabalhado preenchendo coletivamente e de modo bem resumido o quadro a seguir e escrever numa folha grande para que possa ser retomada posteriormente.

Síntese do mapeamento do campo 1

A rede de relações	O que vai bem	O que precisa mudar
Nas relações entre todos os sujeitos		

Elaboração das vivências

Refletir sobre como cada um poderia contribuir para realizar as mudanças indicadas como necessárias.

Campo 2) Quem não se comunica

Quando falamos de comunicação, falamos de algo muito amplo: da forma de comunicar, de canais e espaços existentes para a comunicação. A comunicação envolve sempre dois lados (quem se comunica e quem recebe a comunicação) e também o contexto. Portanto, abordar a comunicação implica considerar a expressão e a voz de cada um sintonizadas com o interlocutor. O campo de análise da comunicação está intimamente ligado ao das relações interpessoais, com a troca e o diálogo, pois não existe comunicação de um lado só.

A comunicação acontece por meio da fala, da escuta, da escrita, da leitura, do olhar, da postura, do gesto... Tão importante quanto falar, escrever e gesticular de modo a se fazer entender é dedicar esse cuidado também à escuta ativa, à leitura e à observação. A comunicação envolve então uma via de mão dupla. Nesse sentido, a preocupação com nossos interlocutores deve ocupar um grande espaço nas situações de comunicação. Escutar o que o outro tem a nos dizer é, sem dúvida, condição para que ele se sinta digno, respeitado. O contrário, não ser ouvido nem levado em consideração, é sentido como desrespeito. Então, é preciso aprender a ouvir e exercitar a escuta.



Atividades

Reflexão em grupo – Estamos sempre nos comunicando, de diferentes maneiras e nas mais diferentes situações, mas, para que haja compreensão, é importante que a forma de comunicação seja sempre cuidadosa e permeada de respeito para quem se quer comunicar.

Algumas questões para refletir: Comunicamos tudo o que queremos? Acreditamos que podemos ser ouvidos e compreendidos? Ouvimos e buscamos compreender o que nos é dito? Oferecemos a todos a mesma escuta? Qual escuta?

Por meio dessas reflexões, o grupo poderá identificar como a comunicação entre as pessoas na escola acontece e se representa situações de respeito e desrespeito: Pela fala? Pelo tom de voz? Pelo gesto? Pelo olhar? Pela escuta?

O que pesa mais? A palavra ou o tom de voz? A palavra ou o gesto, o olhar? O que uma palavra, um gesto, o tom de voz pode causar no outro?

Se essas reflexões tiverem sido feitas em subgrupos, é importante que sejam socializadas para todo o coletivo.

Continuando a reflexão – Muito importante a se considerar também em relação à comunicação, mas para além da dimensão interpessoal, são os canais existentes na escola para que as informações e a expressão de opiniões possam circular.

A rede de comunicações de uma comunidade é construída não só pela existência de murais, jornal, entre outros, mas, antes de tudo, pela forma como essa comunicação se dá, como esses canais são utilizados.

Assim, é importante pensar: Quais são os canais existentes na escola? Quem organiza essa comunicação? Existem setores ou grupos da escola para os quais o acesso à informação é difícil?

Finalização das atividades

Outras perguntas que podem ajudar a mapear esse campo de análise:

- Os canais de comunicação existentes são suficientes? Atingem todos os que frequentam a escola (inclusive os que são analfabetos, aqueles que não têm e-mail, os pouco assíduos etc.)?
- As ideias, os problemas e as opiniões de toda a comunidade são compartilhados para contribuir com a reflexão acerca da sustentação do projeto político-pedagógico da escola?
- Todos os sujeitos envolvidos na rotina escolar sentem que são ouvidos e podem se colocar sempre que necessário e para as pessoas que precisam saber?
- É possível identificar desrespeito nas formas de comunicação no dia a dia?
- As diferenças de pensamento e opinião são objeto de diálogo?
- Há espaços de comunicação, diálogo e reunião com todos os segmentos que trabalham na escola?
- Há necessidade de mudanças? Quais?

Sistematizar o que foi trabalhado preenchendo, no coletivo e de modo bem resumido, o quadro a seguir, reproduzido numa folha grande, para que possa ser retomado posteriormente.



Síntese do mapeamento do campo 2

Quem não se comunica...	O que vai bem	O que precisa mudar
Na comunicação		

Elaboração das vivências

Refletir sobre as mudanças nas quais cada participante gostaria de se empenhar para concretizar.

Campo 3) Desacostumar para mudar

Num ambiente democrático, regras e normas são instrumentos para promover a igualdade de direito e o bem comum. Para isso, precisam ser justas, conhecidas e legitimadas por todos os que participam do contexto em que se encontram vigentes. Em qualquer instituição, há regras e normas explícitas, e outras que são implícitas. No caso da escola, o Regimento Educacional expressa aquelas que são oficiais. Entretanto, muitas vezes, o cotidiano escolar é regido por normas não ditas, naturalizadas pelo costume e das quais não se sabe a origem nem a razão de ser. Elas estão “embutidas” nas práticas e podem ser muito sutis, muitas vezes pactuadas sem consciência, promovendo violências e desrespeitos. Buscar explicitá-las ajuda a analisar: Quais são justas? É possível encontrar algumas que ajudam a reproduzir as injustiças sociais? Às vezes, são até mesmo contraditórias com o que está posto no Regimento.

Atividades

Primeiro, vamos olhar para o Regimento e, depois, para aquilo que não está escrito e que muitas vezes dita mais as regras que o próprio Regimento.

Debate sobre o Regimento – Todas as escolas têm um regimento que deve expressar os anseios educacionais da comunidade escolar, por meio de seus princípios e suas regras

de convivência. Assim, o Regimento é um instrumento educativo, que tem como finalidade organizar a vida da comunidade escolar, construído de modo participativo para que tenha legitimidade, e não apenas um documento formal. Não é algo fechado ou definitivo, sendo passível de mudanças para atender às questões da vida, sempre em movimento. O importante é que seja sempre discutido e acordado entre todos.

Pensando nisso, uma discussão com todo o grupo pode ajudar a explicitar o papel que o Regimento tem. Algumas perguntas contribuem com essa discussão:

- Todos os aqui participantes conhecem o Regimento Escolar? E os demais profissionais da escola?
- Os alunos conhecem o Regimento? E os seus responsáveis?
- Vocês acompanharam a elaboração, ou gostariam de ter acompanhado?
- Seu conteúdo é efetivamente compreendido por todos?
- Vocês usam o Regimento? Em que situações? Que função ele tem?
- Há sanções previstas para o não cumprimento das regras e normas? Essas sanções (principalmente as que se referem aos alunos) foram pensadas e são efetivadas como parte do processo educativo e como forma de promoção do desenvolvimento da autonomia?
- Existe algo no Regimento que precisa ser revisto?

Reflexão em subgrupos – O que os participantes identificam como uma regra que não está no Regimento nem nunca foi discutida? Ao analisar a escola como espaço da Educação em Direitos Humanos, é fundamental fazer um esforço para iluminar as normas não ditas e avaliar se estão a serviço da promoção de relações de respeito

ou se as atrapalham. A ideia é identificar costumes que impõem formas de funcionamento que nunca foram acordadas, costumes que, por exemplo, podem impedir alguns setores da comunidade escolar de usufruir de suas instalações, ou costumes que autorizam algumas pessoas a fazer algo que não é adequado para o convívio democrático. Por exemplo: Alguma regra ou costume impede alguém de ter acesso aos livros, CDs e outros materiais da biblioteca, da sala ou do espaço de leitura? Se não é utilizada por todos, já foi analisado o porquê? O seu acervo (e como utilizá-lo) já foi apresentado a todos, incluindo os profissionais de apoio? Outro exemplo: Há escolha ou indicação de alunos para participar de eventos e passeios? Como essas escolhas são feitas? São sempre os mesmos alunos? Qual é, na prática, a regra para isso?

Outras questões para aquecer o levantamento do que pode ser mapeado:

- Alguém se sente desrespeitado por alguma regra? Privilegiam-se, sem motivo aparente, determinadas pessoas?
- O que alguns podem e outros não? Da fila na cantina ao uso do celular, as obrigações e proibições são justas para todos? Ou alguns podem coisas que outros não podem? Quando há necessidade de diferenças, elas se justificam (pela responsabilidade ou pela necessidade)?
- Há regras (ou costume) que separam os locais de refeição? Todos podem usar as mesmas dependências sanitárias?
- São consideradas justas? Alguém se sente desrespeitado com alguma delas? Privilegiam, sem motivo aparente, determinadas pessoas?
- Na implementação das normas, são consideradas as pessoas que, por algum motivo, se encontram em situação de desvantagem (pessoas com necessidades especiais, déficit intelectual, em situação de grande desvantagem social, entre outras)? Isso é colocado claramente para todos?

- Existe, ainda que nas entrelinhas, alguma regra que favoreça o desrespeito a alguém ou a algum dos Direitos Humanos ou definidos na legislação brasileira (Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso, Estatuto da Juventude etc.)?
- Há necessidade de mudanças? Quais?

Finalização das atividades

Cada subgrupo apresenta para os demais grupos as conclusões a que chegou para que seja feito um registro único.

Síntese do mapeamento do campo 3

Desacostumar para mudar	O que vai bem	O que precisa mudar
Nas regras de convivência e no funcionamento da escola		

Elaboração das vivências

É provável que estejam emergindo muitas diferenças no modo de pensar e sentir entre as pessoas do grupo. Assim, é importante compartilhar os sentimentos que essas diferenças provocam em cada um.

Campo 4) O espaço e o tempo

O convívio escolar é organizado pelo tempo e pelo espaço, e estes podem contribuir para sustentar na escola um ambiente regido pelo respeito mútuo e pela soberania dos Direitos Humanos. A rotina da escola precisa ser organizada e mantida com recursos e regras que sejam respeitosos, considerando as necessidades educativas e de convivência para que tanto alunos quanto educadores

se sintam respeitados e considerados, desde como é organizada a entrada e a saída da escola, o sinal para o intervalo, como são mantidos os ambientes agradáveis, valorizando, cuidando e fazendo o melhor uso possível desses espaços na prática educativa.

Atividades

O espaço

Análise em grupo – O espaço expressa aspectos diversos por meio da sua organização, o que inclui a disposição dos móveis, dos acessos, a luminosidade, os cheiros que exala, os sons que emite, a temperatura, as cores, o cuidado e o uso que se faz dele.

Olhar para os espaços utilizados todos os dias como se fosse a primeira vez é um exercício interessante para a observação de aspectos que passam despercebidos no dia a dia.



Assim, em grupos, os participantes podem pensar em alguns espaços, como sala de aula, pátio, diretoria, secretaria, refeitório, banheiro, biblioteca, espaço e sala de leitura, compartilhando como sentem esses espaços por meio de uma representação plástica utilizando colagem, canetas, tintas...

O importante aqui não é representar literalmente esses espaços, mas tentar “traduzir” a impressão que possuem deles e os sentimentos que esses espaços despertam.

Exposição e discussão – As representações são expostas para análise de todo o grupo, conduzindo para as seguintes reflexões:

- O que cada representação de espaço comunica? Esses espaços são organizados e ocupados adequadamente para garantir um clima de trabalho, estudo, lazer e segurança apropriado às suas finalidades? Todos têm a mesma forma de ver e sentir esses espaços?
- O espaço indica que, da parte dos profissionais da escola, há disponibilidade para a interação com a comunidade? As pessoas que chegam sentem um local acolhedor?
- Como a questão da segurança está colocada no espaço escolar (tanto aquela relativa à integridade física das pessoas quanto a dos equipamentos)? A escola precisa de grades, portas de ferro, cadeados, policiamento? Se for o caso, o que isso provoca nas pessoas?
- É provável que existam espaços nas escolas que são muito bem cuidados e conservados e outros muito mal cuidados. Por quê? O que isso indica?
- O que falta em cada espaço para que ele possa cumprir suas funções educativa e de convívio?



Cabe aqui uma reflexão sobre o que faz com que, fora da escola, determinados espaços também sejam cuidados e conservados, em detrimento de outros. Podemos lembrar da atenção e do zelo dispensados a alguns espaços públicos que indicam respeito aos cidadãos e a seus usuários (espaços culturais, metrô, entre outros) e do respeito com que esses mesmos cidadãos, em resposta, os utilizam. Por que isso acontece?

Outras perguntas que podem ajudar a mapear esse campo de análise:

- Que espaços têm merecido da comunidade escolar a atenção e os cuidados necessários? Quais os que não contam com isso?



(Na direção da) *construção do currículo numa perspectiva crítica, democrática e emancipatória (surtem) os desafios de aprimorar os mecanismos de caracterização da comunidade escolar com a participação de crianças, jovens, adultos e seus familiares com a necessidade imperiosa de definir esse campo como a partida do trabalho curricular, por meio da educação escolar pública e da apropriação dos conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade como um legado que pertence a todos, enquanto instrumento de leitura crítica da realidade (texto coletivo produzido pelos educadores da Rede Municipal de São Paulo depois*

- Há lugares em que se concentram problemas como brigas, vandalismo ou discussões desrespeitosas? Há outros em que “tudo vai bem”? Quais são eles?
- A sala de informática educativa, a sala e o espaço de leitura são abertos para a comunidade?
- Quem cuida da limpeza e da organização dos espaços? Apenas os profissionais da limpeza ou todos que os utilizam?
- A organização e o uso dos espaços da escola são decididos levando em conta as necessidades do coletivo? Quais necessidades são atendidas e quais não são?
- Há necessidade de mudanças? Quais?

Ao responder a essas questões, o quadro relativo ao “espaço” já pode ser preenchido.

Síntese do mapeamento do quadro 1 do campo 4

O espaço e o tempo	O que vai bem e precisamos ampliar	O que precisa mudar
Na organização do espaço		

O tempo

Reflexão – A forma como se usa o tempo está intimamente relacionada ao sucesso da tarefa educativa e pode também ser fator determinante nas relações que os alunos estabelecerão entre si e com o mundo na vida adulta. Todos precisam de tempo para que as relações aconteçam de forma saudável e respeitosa. Ainda que a rotina da escola seja bastante complexa e “atrilhada”, no que diz respeito aos alunos, é preciso considerar as características das etapas de desenvolvimento em que se encontram,

oferecendo o tempo necessário para que tirem real proveito das ações educativas propostas dentro e fora da sala de aula. Quanto aos adultos, é preciso promover práticas de colaboração entre todos para viabilizar o melhor uso possível do tempo de que o grupo dispõe, incluindo aí o cuidado consigo mesmo e com os colegas.

Considerando que o convívio escolar é importante, podemos refletir:

- Há tempo dedicado a conviver com os alunos, conversar com eles e saber sobre a vida deles?
- Há tempo para contato com familiares?
- O tempo do recreio é definido com base nas necessidades dos alunos e dos professores? Quais são elas?
- Qual o tempo dominante nos diferentes espaços da escola? O tempo rápido? Lento? Esses tempos estão de acordo com o que aí se faz?
- A organização dos tempos atende às necessidades de todos, em especial as necessidades educativas dos alunos?
- É possível pensar e elaborar planos de médio e longo prazos na escola ou só se pensa no “aqui e agora”?
- Há necessidade de mudanças? Quais?

Finalização das atividades

Dar continuidade ao quadro iniciado no momento anterior (quadro 1 do campo 4), sistematizando o que foi trabalhado.

de encontros e debates realizados pela Divisão de Orientação Técnico-Pedagógica da Diretoria Regional de Educação (DOT-P/DRE) e DOT Ensinos Fundamental e Médio.” Secretaria Municipal de Educação, *Diálogos interdisciplinares a caminho da autoria: elementos conceituais e metodológicos para a construção dos direitos de aprendizagem do Ciclo Interdisciplinar*. São Paulo: SME/DOT, 2015, p. 38.

Síntese do mapeamento do quadro 2 do campo 4

O espaço e o tempo	O que vai bem e precisamos ampliar	O que precisa mudar
Na organização do tempo		

Elaboração das vivências

Modificar a organização do tempo e do espaço da escola mexe com a vida de todos. Compartilhar com os participantes do grupo o que cada um considera ser o maior desafio.

Campo 5) O patrimônio de conhecimento que a escola possibilita construir

O quinto campo de análise é bastante complexo e, como os demais, demanda olhares e debates constantes. Sua especificidade está em ser mais explícito, uma vez que está, em boa parte, escrito em documentos (o currículo, o PPP, o Plano Anual), sendo alvo de análises e discussões para planejamento e avaliação. No Ensino Fundamental, trata-se dos conteúdos das áreas a serem construídos pelos alunos e, na Educação Infantil, do “conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade” (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, 2010, artigo 3.º).

As atividades sugeridas a seguir não abarcam tudo o que é possível e necessário analisar nesse campo, mas possibilitam um olhar sobre essa questão, um exercício para iniciar a prática de analisar, coletivamente, os valores e as concepções que os alunos aprendem com aquilo que planejamos intencionalmente. Na função de educadores, precisamos refletir se o que os alunos aprendem é aquilo que a escola tem a intenção de garantir. Será que estamos realmente ensinando



o que queremos ensinar? Será que os materiais, as atividades e a organização da sala de aula são coerentes com os princípios dos DH?

Nesse campo, é importante observar as especificidades da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, que se organizam de modo diferente. Para familiares, equipe gestora e administrativa, a sugestão é integrar os subgrupos conforme sua aproximação com as turmas de estudantes.

A Orientação Normativa n. 1/2013 da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (Avaliação na Educação Infantil: Aprimorando os Olhares) recomenda que, nas Unidades de EI, construa-se uma pedagogia para/com a infância, afirmando a ideia de criança “contextualizada em sua concretude de existência social, cultural e histórica, participante da sociedade e da cultura de seu tempo e espaço, modificando e sendo modificada por elas”. É, portanto, uma concepção de currículo que prevê, em seus próprios termos, uma participação ativa das crianças, reconhecendo-as e respeitando-as como sujeitos.

Atividades

Reflexão – É essencial um olhar para os conhecimentos que planejamos ensinar e para as ideias e os valores que ficam implícitos nas nossas escolhas, assim como nas nossas omissões, porque podem não ser aqueles desejáveis para a Educação em Direitos Humanos. Na Educação Infantil, mapear as experiências vividas pelas crianças no CEI e na EMEI significa reconhecer quais delas são realmente promotoras de descobertas e aprendizagens relacionadas à convivência e ao respeito. E, em todas as idades, os alunos aprendem tanto pelo que se ensina quanto pelo modo como se ensina.

Algumas questões que ajudam a fazer uma reflexão geral sobre as intencionalidades educativas da equipe a ser realizada no coletivo:

- O que gostariam que os alunos pensassem sobre os DH ao sair dessa escola?
- Quais os valores que essa escola quer ensinar?
- Quais atitudes gostariam que tivessem desenvolvido ao longo da escolaridade nessa unidade?
- Como educadores profissionais, que contribuição essa equipe quer dar à construção da democracia?

Pesquisa – Organizar a turma em grupos. Definir lugares e materiais que podem ajudar a analisar os conhecimentos trabalhados na escola sob a perspectiva da EDH. Apresentamos a seguir algumas possibilidades para análise.

Sobre as práticas da Educação Infantil

- Que momentos são os mais preciosos para que as crianças se sintam respeitadas e aprendam o que é serem respeitadas?
- Em que momentos as crianças podem viver experiências de respeitar o outro?
- Como assegurar às crianças essas experiências de respeito, a ponto de poder reconhecê-las como direitos e poder lutar por eles quando, porventura, não os tiverem reconhecidos?
- Em quais dessas práticas ainda é preciso avançar?

Sobre os livros didáticos do Ensino Fundamental

- É possível observar neles os princípios vinculados à promoção dos DH e uma visão de mundo baseada em conceitos democráticos?

- A luta e a conquista de direitos são explicitadas nos livros didáticos? Situações em que houve violação dos Direitos Humanos são tratadas como tal? Os livros colocam foco nos DH, nos movimentos sociais e no papel da participação na vida pública, ou apenas tratam de heróis mitificados, como a princesa Isabel no caso da abolição?

Sobre os planejamentos (EI e EF)

- O planejamento de aulas leva em conta tempos, espaços, necessidades mais urgentes do contexto e também a garantia de trabalho com um rol de conhecimentos sistematizados, seja nas aulas no EF, seja nas experiências da EI?
- As atividades promovem o protagonismo de professores e alunos e alimenta experiências nas quais a voz de todos é considerada?
- Os professores das diversas áreas ou grupos etários realizam projetos conjuntos, não só no espírito da interdisciplinaridade, mas também da educação emancipadora e democrática?
- Os professores orientadores de sala de leitura (POSL) e os professores orientadores de informática educacional (POIEs) participam de reuniões pedagógicas e outras com o objetivo de colocar seus espaços e tempos também em sintonia com a EDH? Realizam projetos especiais, participam da elaboração e de conteúdos à luz da EDH?
- Professores e profissionais de apoio discutem questões do contexto, sua relação com a sala de aula e o espaço escolar buscando manter na escola um clima de aprendizado constante em relação aos acontecimentos da atualidade que, muitas vezes, ainda não estão ou nunca estarão nos livros didáticos?
- As referências e os materiais utilizados pelos professores (como livros didáticos, histórias apresentadas, rituais de cultura) contemplam a diversidade social, religiosa, étnica, constituição familiar, de gênero etc.?

Sobre o PPP da escola

- Os alunos e seus familiares conhecem o PPP? Podem opinar, debater, discutir e, especialmente, entender por que ele é escrito e debatido?
- O ideal (a lei) de escola laica é respeitado? Ou existem práticas religiosas privilegiadas no dia a dia, como orações antes das refeições, músicas de louvor religioso, entre outras?
- O calendário de atividades culturais é discutido com a Associação de Pais e Mestres (APM) e o Conselho Gestor? Qual tratamento é dado às datas comemorativas? Procura-se ensiná-las em sua dimensão histórica, política social ou apenas como um feriado para descansar?
- Os alunos são incentivados a participar de concursos, programas, projetos, atividades culturais que possam enriquecer seu perfil de cidadão e de estudante?
- A escola prevê cursos de extensão que aprimore conhecimentos e práticas de acordo com a EDH?



Fique de olho

É importante ler o caderno EDH para Todas as Idades, que traz orientações para a EDH nos CEIs, nas EMEIs e nas EMEFs que ajudam a analisar os conteúdos das diversas áreas curriculares.

Socialização das pesquisas – Apresentar o resultado da pesquisa, buscando relacionar o que foi analisado na biblioteca, no espaço e na sala de leitura, nos livros didáticos e nos espaços da escola, discutindo e buscando responder a questão: **Existe coerência entre os valores que se deseja ensinar e o que efetivamente é realizado?**



Abrir o debate em plenária para análise, complementando, modificando e concluindo a pesquisa.

Finalização das atividades

Incluir as questões levantadas na análise desse campo no quadro que apresentará os resultados de todos os mapeamentos.

Síntese do mapeamento do campo 5

O patrimônio de conhecimento que a escola possibilita construir	O que vai bem	O que precisa mudar
No que os alunos aprendem		

Finalização do mapeamento

Expor o quadro completo no mural ou em um local em que todos possam ver, ler, analisar, comentar, sugerir. Esse quadro será retomado no próximo passo: o plano de ação.

Elaboração das vivências

Esse mapeamento fez com que você se desse conta de algo importante sobre a escola que você ainda não sabia ou sobre o qual não tinha pensado?

Texto de apoio

CUIDADOS PARA ABRIR ESPAÇOS DE DIÁLOGO

Criar um espaço de diálogo pode parecer simples. Em princípio, bastaria definir um horário, um local, escolher um tema, fazer uma pauta, reunir todos no local escolhido e seguir a pauta. O que nem sempre é tão simples é fazer desse espaço um momento de efetivas trocas, de conhecimento, reflexões, percepções e sentimentos. Com frequência, os momentos coletivos dos educadores na escola acabam sendo momentos de desabafo, reclamações e defesa de pontos de vista. Momentos de muita fala e pouca escuta. Reuniões que poucas vezes conseguem dar conta de promover discussões e decisões coletivas.

O diálogo entre ideias e opiniões diferentes se apresenta como uma dificuldade. Não contrariar as vozes mais fortes e não expor as próprias ideias para evitar conflitos parecem ser maneiras usuais de lidar com as diferenças.

Trocar implica que os sujeitos tenham histórias, repertórios, formas de pensar, experiências e saberes diferentes, e que, nas conversas, as diferenças sejam respeitadas, ressaltadas e exploradas.



Ora, não parece espantoso pensar que numa escola não se saiba dialogar? Afinal, sem conversa, como gerar aprendizagem numa sala de aula? Sem diálogo, como trabalhar regras de convivência? Como planejar ações educativas sem trocar ideias e experiências? Como lidar construtivamente com conflitos sem escutar uns aos outros?

Diálogos podem ser considerados uma matéria-prima da tarefa educativa.

Numa conversa, todos os envolvidos são igualmente responsáveis pelo seu andamento. Ora, se um começa a desrespeitar o outro, este, ao se sentir desrespeitado, terá provavelmente a reação de se defender ou atacar, ou se defender atacando e desrespeitar o primeiro na medida da sua ofensa, do quanto se sentiu ofendido. E, assim, pode se iniciar um círculo vicioso. Na próxima ocasião que essas mesmas pessoas tiverem de conversar, é possível que esse histórico de desentendimento seja reavivado e atualizado... Talvez com novas ofensas, ou má vontade, ou desconsideração, ou surdez seletiva... Um grande desafio é buscar compreender o que faz o outro se sentir respeitado ou desrespeitado.

Conversas exigem disponibilidade e empenho

Indicamos aqui alguns lembretes que podem ser úteis para ajudar a construir esse espaço de aprendizagem que são as rodas de conversa.

1. É junto que se constrói conhecimento

Para abrir espaço de diálogo ou conversa, antes de tudo é preciso estar convicto dessa ideia: construímos conhecimento *juntos*. A intenção precisa ser *construir com os outros*, e não *falar para os outros*.

É preciso estar aberto para o que vier, deixando de direcionar o rumo da conversa. Caso contrário, os participantes poderão interpretar como manipulação ou falta de abertura para novas ideias, e o resultado será o desinteresse ou até mesmo o boicote do encontro.

Também é preciso ter paciência para deixar a conversa fluir e derivar um tanto. A ansiedade que leva a querer chegar muito rapidamente a uma conclusão inibe participações e bloqueia o processo criativo.

É preciso acreditar na potência do grupo para encontrar caminhos novos, mesmo que eles pareçam, em alguns momentos, um tanto quanto sem sentido ou despropositados.

Escutando e convivendo com as diferenças se ensina e se aprende a escutar e a conviver com as diferenças.

Falar sobre conflitos, divergências, proposições e soluções requer a construção de um espaço de confiança. Todos precisam se sentir à vontade para falar sincera e abertamente. Por isso, é fundamental tomar certos cuidados, como: acolher, propor combinados, distribuir a fala, observar a dinâmica do grupo, fazer uma escuta qualificada e até ritualizar pode ser interessante.

2. Acolhimento

Uma boa acolhida passa por uma série de detalhes. A seguir, apresentamos uma lista que vocês podem incrementar ou reduzir, fazendo novos experimentos.

- Preparar o espaço (lembre-se de como você prepara a sua casa para receber os amigos).
- Oferecer água, pipoca ou bombons pode tornar a conversa mais gostosa (o prazer compartilhado cria um ambiente mais favorável ao diálogo).
- Sentar em roda (assim todos podem ver a reação dos demais enquanto falam, criando um ambiente de segurança para falar).
- Compartilhar com todos o roteiro previsto para a conversa (saber sobre o que se vai conversar e para que costuma reduzir a ansiedade e dar foco).

- Perguntar a todos se entenderam a proposta de conversa e convidar todos a participarem (verificando o entendimento e gerando comprometimento).

- Ao longo da conversa, validar a fala de todos, concordando ou não com ela.

- Respeitar o tempo de que cada um necessita para decidir participar com suas colocações.

Ninguém pode ser obrigado a falar. A voluntariedade da participação na conversa precisa ser respeitada, pois cada pessoa tem seu próprio tempo para elaborar aquilo sobre o que se pretende conversar ou se está conversando. Ainda assim, é importante estimular a fala.

Validar a fala de todos talvez seja um dos exercícios mais difíceis: não rebater uma fala da qual se discorda. Escutar, reconhecer, validá-la como uma fala legítima e dar espaço para que cada um possa reconstruir suas próprias verdades com base nas verdades dos outros. Quando a pessoa que está organizando a conversa se mostra aberta a rever seus próprios conceitos, os demais participantes também podem se sentir à vontade para rever os seus.

Assim, vale lembrar: validar não significa concordar com tudo e com todos, mas, sim, viabilizar o direito de todos a ter participação e a se colocar. Com isso, as diferenças podem aparecer e ser trabalhadas no grupo e pelo grupo, sendo as conclusões fruto do diálogo. Desse modo, será possível traçar ações coletivas, mesmo que todos não pensem da mesma forma.

É essencial ter clareza de que, para trabalhar junto, não é necessário homogeneizar as ideias do grupo. Aliás, tanto melhor quanto mais ideias e experiências diversas houver. O mais importante é se deixar contaminar pelas ideias dos outros para criar ações que contemplem o máximo de preocupações, pontos de vista, perspectivas de trabalho etc.

Não é preciso que todos concordem com tudo para chegar a acordos sobre as ações a serem implementadas naquele momento ou contexto com aquelas pessoas.

3. Combinados para a conversa

Os combinados que ajudam na organização dos momentos de conversa podem ser definidos de forma conjunta, com base na explicitação do que cada um precisa para se sentir seguro e à vontade para falar e para se sentir ouvido naquele espaço, bem como na explicitação do seu compromisso com as necessidades dos demais. Esses combinados também podem ser sugeridos e submetidos à aprovação do grupo.

Indicamos aqui algumas sugestões. Usando o bom senso, vocês intuirão quais desses combinados são bons para sua escola e quais, no seu contexto, podem ser descartados:

- Propor que *não se interrompam* as falas uns dos outros. Assim, a conversa flui melhor, e todos têm a oportunidade de falar.
- Propor que todos tentem escutar uns aos outros *sem julgamento*.
- Propor que *cada um fale por si*, explicando que isso ajuda a não se sentir invadido pelas verdades dos outros e facilita a escuta do que cada um tem a dizer.
- Propor que a fala de cada um seja *respeitada também fora daquele espaço* de conversa, para que as conversas não virem “fofoca no corredor”.
- Compartilhar com todos o tempo disponível para a conversa e ressaltar que, com esse tempo, se cada um falar no total durante “x” minutos, todos poderão falar e ser ouvidos.

Por que “propor” e não “dizer quê”? Porque se trata do convite para uma conversa a ser feita **junto** com os demais integrantes da comunidade escolar. Se os combinados

forem impostos, terão poucas chances de serem cumpridos, mas, se forem propostos e acordados por todos (lembre-se de que é preciso verificar sempre a opinião do grupo), essa chance aumenta.

Suspensão do julgamento: A proposta de ouvir sem fazer julgamento tem o objetivo de facilitar a escuta do que cada um tem a dizer e deixar todos mais à vontade para falar o que pensam. Em muitos momentos, enquanto outras pessoas falam sobre determinado assunto, é de extrema importância ouvi-las atentamente, sem interromper e sem julgar o que estão falando antes mesmo de acabar de ouvir. A preocupação de julgar ou contradizê-las apressadamente, muitas vezes antes de ouvir tudo o que elas têm a dizer, pode bloquear a possibilidade de encontrar soluções novas para os problemas, e o apego a ideias prévias pode levar ao desrespeito, à estigmatização e à discriminação de quem pensa diferente. Assim, buscar conhecer e escutar o outro funciona como um antídoto para isso.

Isso não quer dizer que, ao final da conversa, o grupo não possa chegar a uma conclusão sobre seus objetivos comuns, o papel e o grau de envolvimento de cada um, o melhor a fazer diante do discutido etc. No entanto, isso certamente será mais rico e integrador se for antecedido por um diálogo genuíno.

Cada um fala por si: Em grupos de pessoas que trabalham juntas com uma finalidade comum, como é o caso da escola, é bastante frequente que as pessoas falem de maneira generalizante, usando, por exemplo, expressões como “a gente”, “nós”, “a escola” ou “a sociedade”. Se, em alguns casos, esse uso pode se referir ao coletivo, pode também ser uma forma de não se incluir pessoalmente na fala. Não raro, se atribui “à sociedade” os problemas da escola, se fala na “escola”



ou em “nós” para designar alguns sem nomeá-los claramente, se usa o termo “a gente” para indicar uma dificuldade pessoal sem se expor muito, e assim por diante. De outro modo, se cada um falar por si, será possível identificar melhor como cada um se situa em relação ao tema em questão, traçando uma ação coletiva com base nas diferenças que aparecerem.

4. Distribuir a fala

Distribuir a fala significa estimular os que falam pouco a se expressarem e conter aqueles que falam muito.

Assim, algumas estratégias que podem ajudar são: perguntar o que os outros pensam sobre o tema quando alguém estiver monologando, perguntar o que pensam aqueles que ainda não falaram nada, lembrar o tempo combinado para a fala de cada um e explicitar a dinâmica das relações. Por exemplo, se houver insistentes conversas paralelas ou pouca participação, pode ser sinal de que algumas pessoas não se sentem bem para falar no coletivo (por questões hierárquicas, ou de temperamento, ou de classe, ou por dissidências etc.). Nesse caso, se a tentativa de melhor distribuição de fala ou de fazer valer o tempo combinado para cada um falar na sua vez não funcionar, pode ser interessante dividir o grupo em subgrupos, propondo discussões a serem coletivizadas num segundo momento, que podem ser na forma de relatoria ou nos subgrupos se visitando uns aos outros. Com isso, em outra reunião, é possível que as pessoas se sintam mais à vontade ou dispostas para falar no coletivo maior. Aos poucos, à medida que a confiança for se estabelecendo no grupo, todos vão participar.

Tão importante quanto o que você fala é a maneira como você o faz.

5. Observar a dinâmica do grupo

O tempo todo é preciso ficar atento e observar como o grupo se organiza. Uns falam mais que outros? Estão acontecendo muitas conversas paralelas? Alguns parecem

desinteressados? Todos parecem apáticos? Todos falam ao mesmo tempo? Há alguns que nunca falam? Alguém parece especialmente angustiado e realmente precisar falar mais? Como os demais acolhem essa necessidade?

Em algum momento, um desses movimentos vai acontecer. O grupo é vivo, e, por mais que vocês façam sólidos combinados, as coisas se desorganizam e se reorganizam o tempo todo, o que é desejável. Regras seguidas muito à risca, durante muito tempo, podem ser sinal de que algo vai mal, de que a espontaneidade foi inibida. É importante que o grupo esteja sempre em movimento. Nesse caso, firmar novos combinados é fundamental. Isso contribui para a formação do espírito coletivo.

Além disso, é preciso considerar que essa dinâmica está estritamente relacionada às relações de poder vigentes entre os sujeitos presentes. Por exemplo, num grupo misto, ao perceber que alguns funcionários administrativos falam pouco, de maneira muito sucinta e olhando para o diretor ou algum professor (provavelmente marcando uma relação de submissão a essas autoridades), pode-se estimular a fala lembrando que aquele encontro reúne pessoas com diferentes funções na escola: que alguns são educadores porque são professores, outros são funcionários administrativos (e também educadores), outros são educadores familiares; ressaltando que, independentemente de hierarquias, do lugar ocupado ou da formação de cada um, todas as falas são importantes, todas são necessárias e que a riqueza está justamente em poder contar com essa diversidade. Explicitar essa dinâmica pode ser uma fonte de aprendizado para todos.

6. Fazer uma escuta qualificada

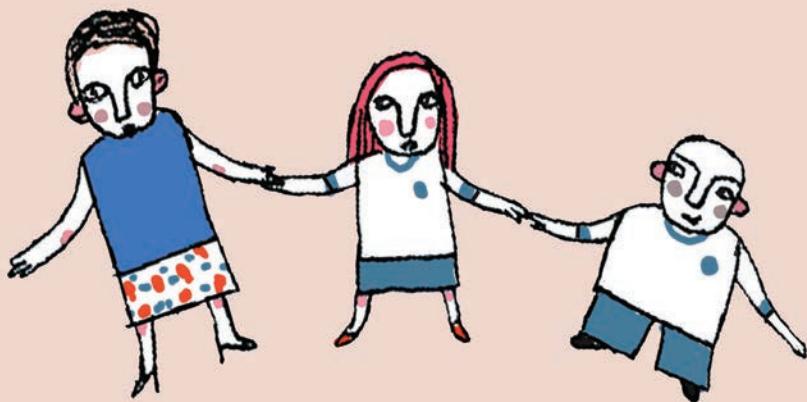
Escutar é diferente de apenas ouvir, pois exige sensibilidade para as nuances do outro.

Ao escutar, procuramos entender o que o outro está querendo dizer com base no lugar de onde fala. Ou seja, com base: na cultura de que faz parte (que pode variar de acordo com a nacionalidade, a religião, a raça, o bairro, a cidade, o Estado em

que mora ou de onde vem, o grupo social, a idade, a profissão que exerce etc.); na história pessoal (experiências que já teve na vida); no momento de vida; na situação de fala e no quanto está à vontade nela (situação de trabalho, de intimidade, familiar etc.); no humor do momento etc.

É muito comum que duas pessoas conversem em monólogos, sem uma efetiva troca. Cada um escutando muito mais a si mesmo do que ao outro. É o que acontece, por exemplo, quando alguém fala algo e, como interlocutor, já vai pensando na resposta (defesa ou ataque da pessoa ou da ideia que “imagina” que outro está defendendo) antes mesmo de o outro ter terminado seu raciocínio. Nesse caso, é comum que, quando existem perguntas, elas sejam espécies de armadilhas preparadas para uma “boa rebatida”, e não perguntas que buscam realmente conhecer o que o outro está procurando dizer.

Se estivermos conversando com o intuito de construir algo em comum, além de nos escutarmos mutuamente, precisamos qualificar essa escuta com perguntas que nos ajudem a sair de discursos generalizantes e nos façam pensar naquilo que estamos enfrentando concretamente. Numa conversa de escuta mútua, as perguntas indicam uma curiosidade pelo outro. Não uma curiosidade invasiva, mas uma curiosidade que visa entender o outro e suas ideias com base naquilo que ele está falando.



Por exemplo, quando alguém diz que há muita violência na escola, pode-se fazer perguntas que ajudem essa pessoa e o grupo a explorar de que violência se está falando: quem presencia; quem vivencia essa violência; quem a pratica; contra quem; como a escola contribui para essa situação; como cada um, nos diferentes espaços da escola, contribui para que ela aconteça; como a escola já atuou em

situações como essas; quais as experiências de cada um em situações semelhantes; o que deu certo; o que deu errado; o que cada um pode fazer para mudar isso; que estratégia coletiva será possível pensar para a transformação desse cenário.

Enfim, uma escuta qualificada envolve ações como: validar uma experiência; integrá-la numa história pessoal; recolocá-la no âmbito relacional, social e político; incluir a pessoa na própria fala (fazendo-a sair do discurso que coloca no outro a responsabilidade por tudo o que lhe acontece); transformar uma queixa num pedido ou numa ação (fazendo a pessoa sair de um lugar de passividade para outro mais ativo).

Resumir a fala de quem acaba de falar, verificar o entendimento e propor perguntas que ampliem seu olhar são formas de proporcionar uma escuta qualificada.

7. Ritualizar

Ritualizar é fazer algo para demarcar a passagem de um momento da vida, de um processo, de um costume. Fazer um ritual para delimitar o momento e o espaço de uma conversa sobre algo importante para o coletivo pode ajudar a dar contorno e a reforçar o sentido da conversa.

O ritual deve ser escolhido pelo grupo de acordo com o tema da conversa, o contexto, as pessoas envolvidas, a cultura local e dos participantes. Pode-se, por exemplo, iniciar todas as conversas colocando uma música escolhida pelo grupo como sua marca, fazendo uma prática corporal ou lúdica, repetindo a mesma frase para iniciar a conversa etc. O importante é que esse início da conversa faça sentido para todos e não se torne uma “mera burocracia”.

Um ritual de início pode levar os integrantes do grupo a se sentirem no grupo e com o grupo naquele momento, pode remetê-los a uma atitude de participação, mobilizando sua disponibilidade para o que o grupo fará em seguida.

Um ritual de encerramento pode fortalecer o momento de conversa que acabou de acontecer e favorecer a coesão entre as pessoas que dela participaram, mesmo que a conversa tenha sido difícil. Simbolicamente, sintetizando o que foi e lançando uma perspectiva de construção conjunta contínua, esse ritual deixa claro que mais um passo foi dado em direção à Educação em Direitos Humanos e dá ânimo para continuar a caminhada.

8. Construir uma relação de confiança

Os cuidados mencionados aqui ajudam a construir um espaço de confiança para que os participantes se sintam confortáveis em expor seus pontos de vista de maneira aberta e sincera e possam se comprometer com a proposta de EDH. Contudo, eles valem muito pouco se forem feitos de maneira mecânica e burocrática. Por isso, é preciso sempre ter em mente qual o principal objetivo desses cuidados: criar espaço de confiança para que o trabalho coletivo aconteça.

Indicamos aqui alguns caminhos para responder a duas questões importantes: O que é necessário para que todos se sintam dispostos a contribuir com reflexões e ações ao tratar de um tema delicado como a Educação em Direitos Humanos na escola, que exige rever a maneira como estão trabalhando os valores e como estão sendo garantidos ou violados os Direitos Humanos daqueles que pertencem à comunidade escolar? O que é necessário para que as práticas educativas e as posturas de educador sejam colocadas em questão?

Ter confiança de que o próprio ponto de vista vai ser escutado e considerado por todos.

Ter confiança de que as questões e ações colocadas pelos participantes serão discutidas com respeito.

Ter confiança de que é possível dizer o que se pensa sem ser julgado, atacado, repreendido ou socialmente penalizado por isso.

Ter confiança de que o grupo não vai minar as conversas, transformando os temas conversados e as falas de cada um em “fofocas de corredor”.

Ter confiança de que as exposições pessoais não serão feitas à toa, de que todos ali estão realmente dispostos a rever formas de fazer e a pensar estratégias de Educação em Direitos Humanos.

Ter confiança de que é possível trazer os incômodos em relação ao Projeto, além dos receios e das dificuldades pessoais, sem que seja estigmatizado como resistente.

Ter confiança de que as ações de cada um serão criticadas com respeito.

Em cada escola, de acordo com a cultura local, essa lista tende a ser um pouco diferente, mas, grosso modo, aí estão as principais questões pelas quais importa tanto cuidar para que os espaços de conversa sejam espaços de confiança.

É interessante que se retome a discussão dessa questão em diferentes momentos, para que fique claro se essa relação de confiança está sendo construída e em que ela se baseia. E, no caso de haver problemas, para que estes sejam analisados e superados.

7. PLANO DE AÇÃO: É HORA DE AGIR



(...) a ideia de um ambiente educacional promotor dos Direitos Humanos liga-se ao reconhecimento da necessidade de respeito às diferenças, garantindo a realização de práticas democráticas e inclusivas, livres de preconceitos, discriminações, violências, assédios e abusos sexuais, dentre outras formas de violação à dignidade humana.”

Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos

A concretização das intencionalidades educativas da EDH não é uma tarefa individual, isolada. Educar é sempre prática coletiva, ainda mais quando falamos de educação em valores.

Depois do mapeamento, a escola tem condições de planejar os próximos passos para concretizar as mudanças que almeja. Esse momento será de definir prioridades com base no que foi analisado, criar estratégias, atividades e se organizar para fazer com que o respeito mútuo se sustente como um valor nas diferentes instâncias da vida escolar.

Agir com prioridades

Os quadros construídos no mapeamento trazem, em cada campo de análise, as potencialidades que a escola tem e o que precisa mudar. Assim, é fundamental que todos tenham em mente os resultados do mapeamento para que seja a base do plano de ação. Agora é hora de cruzar as informações dos mapas dos sonhos e dos pesadelos com a realidade explicitada no mapeamento para construir o percurso do Projeto Respeitar é Preciso!

O trabalho feito até aqui certamente já dá uma ideia do caminho a ser seguido nos diferentes campos mapeados (relações, regras, tempos e espaços, comunicação, conteúdos). Mesmo assim, é necessário se deter sobre o que foi produzido e definir quais são, neste momento, as prioridades que a escola quer eleger, pois não será possível fazer “tudo ao mesmo tempo agora”.

Durante esta atividade, é importante ter em mãos os mapas dos sonhos e dos pesadelos e os quadros com o registro do mapeamento dos campos de análise feitos anteriormente.

Atividades

Eleição de prioridades – Em grupos, os participantes retomam um dos campos de análise para, entre os itens da coluna “O que precisa mudar”, eleger aqueles que consideram mais importantes, urgentes e viáveis. Depois, é interessante não só socializar as prioridades discutidas, mas também argumentar expondo as razões para as escolhas, de modo que o conjunto dos educadores tenha subsídios para eleger juntos quais serão incluídos no plano de ação nesse primeiro momento. É fundamental ainda destacar os pontos indicados como ações a serem evitadas a qualquer custo (os pesadelos) e deixá-los visíveis de alguma forma. Responder às perguntas sugeridas a seguir enquanto se visualizam os itens do quadro com a síntese do mapeamento pode ajudar na realização dessa tarefa: O que mais salta aos olhos e incomoda, mas pode ser mudado? Do ponto de vista da EDH: O que é mais importante? Por quê? Para quem?



É interessante que a eleição de prioridades considere o grau de urgência, por serem aspectos mais graves e/ou mais sérios,

na perspectiva da EDH, e também aponte as reais possibilidades de transformação do ambiente escolar. Atenção deve ser dada para que muitas prioridades não sejam eleitas ao mesmo tempo, deixando de ser prioridades.

Vale a pena considerar o seguinte: tão importante quanto promover as mudanças eleitas pelo grupo como necessárias e urgentes, é implantar na Unidade Educacional a ideia de que ninguém (ninguém mesmo) pode ser ferido em sua dignidade. As mudanças a serem implementadas só terão valor se estiverem a favor da preservação da dignidade de cada um dos atores da vida escolar.

Finalização das atividades

Compartilhar com todos os grupos as prioridades propostas em cada campo, organizando um registro comum que todos consigam visualizar ao mesmo tempo (num mural, na lousa, em folhas grandes de papel). Abrir o debate para eleger, no máximo, duas prioridades, considerando as reais possibilidades da escola neste momento.

Elaboração das vivências

Conversar no grupo sobre as expectativas, as certezas e as dúvidas pessoais de cada participante a respeito do que foi decidido.

Do pensamento à ação

Uma vez definidas as prioridades, o desafio é planejar as ações para dar conta de concretizá-las. Um plano de ação para a escola requer a tomada de decisões importantes.

Atividades

Pensar nas ações – Em subgrupos, pensar em três ações que permitam contemplar cada uma das prioridades. Essas ações podem ser atividades dos educadores entre si, dos educadores com os alunos, com os familiares.

Para ajudar na elaboração dessas ações, lembrar que elas precisam ser bem concretas e viáveis no contexto da escola, considerando algumas perguntas:

- Como enfrentar a questão colocada em cada prioridade?
- Que ações podem ser realizadas para atender a cada prioridade?
- O que já fazemos e poderemos articular a essas prioridades?
- É possível pensar em ações específicas que impliquem as diferentes instâncias participativas da escola, como o Conselho, a APM e o Grêmio?



- O PPP da escola já inclui algo sobre as decisões tomadas? Será necessário fazer mudanças? E no Regimento Escolar?
- Quem serão os responsáveis pelas ações?
- Em quanto tempo será possível realizar essas ações?

É necessário propor ações que sejam viáveis para que se possa viver a experiência de mudança. De nada vale um plano que não é passível de realização. Muitas vezes, pequenas mudanças podem ter grandes efeitos, principalmente quando são abraçadas por todos.

Definição das ações – Em plenária, com base no que cada grupo propôs, eleger as ações consideradas mais viáveis, mais interessantes e que permitam provocar as mudanças desejadas, indicando-as como de curto, médio ou longo prazo. Essas ações devem ser registradas e copiadas para que todos as tenham em mãos. Para isso, é importante:

- Que haja ações a serem realizadas por pessoas dos diferentes grupos (gestores, profissionais de apoio, alunos, familiares) e que essas ações atinjam a todos os integrantes da comunidade escolar.
- É essencial incluir a participação dos alunos nas ações.
- Atentar para a viabilidade, de modo que, no curto prazo, já se consiga realizar ações com êxito.
- Considerar uma variedade de atores responsáveis pelas ações (alunos, educadores das diferentes funções, familiares), de forma que a responsabilidade pela execução do plano seja distribuída e não sobrecarregue ninguém.

O modelo a seguir indica o que precisa ser considerado para elaborar o plano de ação.

Plano de ação

O que fazer (ação)	Como fazer	Quando fazer	Quem fará (responsáveis)	Com que recursos	Parceiros possíveis	Prazo

Uma sugestão é fixar no quadro os adesivos ou as fichas com as ações de cada campo, de modo que possam ser substituídas quando se ponderar que algo deve mudar e, assim, ajudarão o grupo a ir tomando as decisões.

Finalização das atividades

Definir a sistemática de trabalho dos responsáveis pelas ações, planejar os encaminhamentos, o cronograma de trabalho e a forma de divulgação das discussões.

Elaboração das vivências

Pedir para alguns dos participantes dizerem, com uma única palavra, o que levam desse encontro. Como dizia Paulo Freire: “Mudar é difícil, mas é possível”.

O plano entra em ação

Ainda que o Respeitar é Preciso! seja para toda a comunidade escolar, é possível que nem todos tenham podido tomar parte efetivamente do processo. Nesse momento, vale retomar com todos o plano de ação, fazendo uma nova apresentação para a comunidade, desta vez destacando o plano de ação elaborado e explicitando a finalidade de promover o respeito mútuo no convívio entre todos.

Sugerimos que essa apresentação do plano de ação seja feita, primeiro, ao Conselho de Escola (legitimando a instância de representação) e, depois, para toda a comunidade escolar (lembrando dos familiares), para a Diretoria Regional de Educação e outros parceiros da escola, convidando-os a aderir e ajudar a realizar as ações do plano. Isso merece uma comemoração, por exemplo, com a atividade “Café com Respeito”, mesmo que já tenha sido realizada no início dos trabalhos.

Texto de apoio

UM PROCESSO DE MUDANÇA NO COLETIVO

Como assim “processo de mudança”? Afinal, não se trata meramente de trabalhar com Educação em Direitos Humanos na escola? Será que, para isso, não seria suficiente reforçar para as crianças pequenas a importância de respeitar os amigos, lembrá-las de agradecer, pedir por favor ou desculpas? Garantir a participação dos familiares nas festas e nas comemorações do Centro de Educação Infantil (CEI) ou da escola, ou, no caso dos adolescentes, introduzir uma disciplina sobre ética no currículo escolar ou promover discussões temáticas nas diversas disciplinas?

Se você e sua comunidade escolar estão envolvidos no Projeto Respeitar é Preciso!, é muito provável que estejam movidos por um desejo de mudança na vida escolar. Talvez reduzir a violência, talvez reforçar princípios e valores que precisam ser esteio de toda ação educativa, talvez focar aspectos da convivência escolar, ampliar participação, enfim... Uma série de mudanças que implicam não apenas eventuais ajustes no currículo, mas principalmente mudanças de hábitos, de formas de fazer no dia a dia escolar, formas de se relacionar consigo, com o outro, com a comunidade escolar e com o mundo.

É provável ainda que a mudança seja vista e vivenciada de modo diferente e particular pelos participantes. Alguns incorporam as mudanças mais rapidamente, outros, mais lentamente. Assim, durante toda a implementação desse projeto, será essencial compreender uns aos outros, aceitar e lidar com essas diferenças, pensar coletivamente qual será o papel de cada um, quais serão as necessidades a serem atendidas para que seja possível trabalhar junto, como retomar a conversa para refazer combinados quando as coisas não derem certo ou quando alguém fizer algo diferente do combinado e repactuar etc.

Comunidade escolar: um coletivo criativo

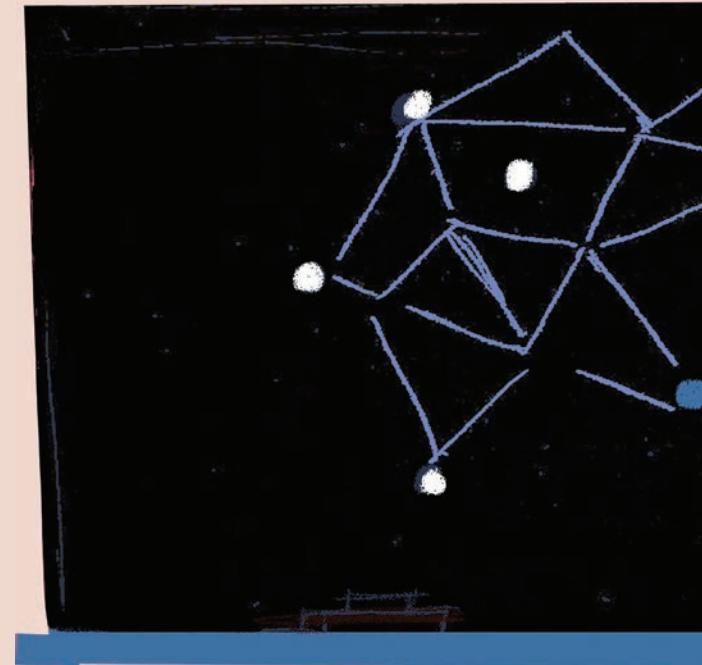
Trata-se aqui de lidar com um coletivo: a *comunidade escolar*. Entretanto, em algumas escolas, ainda não se pode falar da existência de um coletivo, mas apenas de um agrupamento de pessoas diversas que convivem em um mesmo espaço com tarefas e funções relacionadas entre si.

Se esse for o caso na escola de vocês, transformar esse agrupamento em uma comunidade será uma das tarefas do Projeto.

Produzir um coletivo e criar um espaço de comunidade implica estar atento às diferenças de cada um, aceitá-las, incluí-las e lidar com elas, articulando-as em torno de um objetivo comum.

Diferentemente de uma massa amorfa em que todos aparentemente concordam em tudo e caminham juntos, o que significa muitas vezes a presença de um mecanismo de opressão (mesmo que subliminar), ou mesmo de um conjunto de sujeitos que caminham cada um para uma direção apenas com a interdependência de algumas funções; trata-se de um complexo, uma miríade, que compõe uma figura, mantendo a diversidade interna, com potencialidades para caminhar em várias direções, sem decompor a figura, mas, sim, tornando-a complexa e cheia de contornos.

Um coletivo criativo e capaz de empreender um projeto comum será aquele que conseguir abrir espaço para as singularidades se manifestarem e atuarem, imprimindo um norte comum a todos. **É importante que o Eu e o Nós estejam presentes.**



Para que isso aconteça, todos precisam abrir disponibilidade para escutar as perguntas e os anseios dos demais. Se as respostas e até mesmo as eventuais críticas forem automaticamente tomadas como oposição ou sinal de resistência, má vontade etc., a tendência será perder oportunidades de compor um coletivo criativo e o resultado será uma baixa adesão ou uma adesão meramente formal (sem engajamento).

Em resumo, tanto para um primeiro momento de adesão quanto para a continuidade desse projeto, as tensões e **os conflitos precisam aparecer**, de forma que, por meio deles, se possa criar algo novo. A questão será abrir conversas em que essas tensões apareçam, num clima de respeito mútuo, sem destruir a possibilidade do coletivo.

Bibliografia

1. DIREITOS HUMANOS

Documentos

Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Organização das Nações Unidas (ONU), 1948.

Programas

Ética e Cidadania: construindo valores na escola. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2007.

Ética e Cidadania no Convívio Escolar: uma proposta de trabalho. Brasília: MEC/Secretaria da Educação Fundamental, 2000.

Programa de Educación para el Ejercicio del Derechos Humanos (Eduderechos). Ministério de Educación Nacional. Colômbia, 2010.

Programa Estadual de Direitos Humanos. Direitos Humanos: Educando para a Democracia. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. São Paulo, 1998.

Programa Mais Educação São Paulo: subsídios para a implantação. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 2014.

Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos. Nova York/Genebra: ONU, 2006.

Programa Nacional de Direitos Humanos. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília, 2010.

Teaching Human Rights: Practical Activities for Primary and Secondary Schools. Organização das Nações Unidas. Genebra, 2003.

Sites sobre Direitos Humanos

Biblioteca virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo

<http://www.direitoshumanos.usp.br>

Acervo muito amplo com documentos nacionais e internacionais, materiais didáticos etc.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

www.sdh.gov.br

Conectas Direitos Humanos

<http://www.conectas.org>

Site com artigos e reflexões sobre os Direitos Humanos na atualidade

DHnet, Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos/Unesco

<http://www.dhnet.org.br/direitos>

Site de consulta com informações diversas sobre os DH no Brasil e no mundo.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

<http://www.dudh.org.br>

Site com informações, vídeos, notícias e um sistema internacional de denúncias de violações.

Human Rights

<http://br.humanrights.com/home.html>

Site com relatórios e vídeos sobre DH, incluindo o vídeo apresentado no módulo 1 do curso Respeitar é Preciso!

Instituto Vladimir Herzog

<http://vladimirherzog.org>

Site do Instituto Vladimir Herzog, instituição que visa contribuir para a reflexão e a produção de informação que garanta o direito à justiça e o direito à vida, que promove ações em defesa dos Direitos Humanos, da democracia, da liberdade e da justiça social, além de exposições, debates, ações educativas e publicações que recuperam a memória e a história da ditadura e da luta pelos Direitos Humanos no Brasil.

Memorial da Resistência

<http://www.memorialdaresistencia.org.br>

Site do Memorial da Resistência de São Paulo, instituição dedicada à preservação de referências das memórias da resistência e da repressão políticas do Brasil republicano (de 1889 à atualidade). Divulga testemunhos, exposições, debates e ações educativas ligados aos Direitos Humanos.

Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP)

<http://www.nevusp.org>

Site com pesquisas e artigos sobre violência e DH.

Memoria Abierta

<http://www.memoriaabierta.org.ar>

Em espanhol, o portal da Memoria Abierta, ação coordenada de organizações argentinas de Direitos Humanos, reúne informações sobre o trabalho realizado pelas 27 instituições que formam a rede latino-americana de lugares de memória e consciência. Inclui um catálogo de materiais, exposições e publicações desenvolvidas pelos membros da rede e também uma agenda coletiva que difunde as atividades vinculadas ao trabalho pela memória na América Latina.

Memórias da Ditadura

<http://memoriasdaditadura.org.br>

Realizado em parceria pelo Instituto Vladimir Herzog, pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), esse portal reúne informações sobre o período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). Com áreas de interatividade e conteúdos multimídia, possibilita uma visão ampla dos fatos ocorridos no período sob os pontos de vista político, social e cultural, sempre sob a ótica da importância dos Direitos Humanos, da memória e da verdade. Além disso, a área “Apoio ao educador” traz sugestões de trabalho pedagógico.

Direitos Humanos no cinema*Cine Direitos Humanos*

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/noticias/?p=162501

Iniciativa da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), o Cine Direitos Humanos leva sessões gratuitas de filmes com temática de Direitos Humanos ao Espaço Itaú de Cinema do Shopping Frei Caneca, na região central da cidade, todos os sábados, às 11h. Basta retirar o ingresso na bilheteria. Curadoria de Francisco Cesar Filho.

CurtaDoc

<http://curtadoc.tv/tema/direitos-humanos>

O CurtaDoc é um espaço dedicado a documentários latino-americanos. O projeto nasceu no Brasil, em 2009, como um programa para a Sesc TV e, desde 2011, mantém um acervo on-line. Um dos acervos disponíveis na internet é sobre a temática dos Direitos Humanos. Na Sesc TV, a série CurtaDoc é exibida toda terça-feira às 21h, com reprises durante a semana. Os episódios são temáticos e os convidados especiais fazem uma leitura crítica dos documentários apresentados. Há sempre entrevistas com diretores e com profissionais de várias áreas da produção audiovisual.

Entretodos

<http://www.entretodos.com.br>

Realizado pela SMDHC e pela Secretaria Municipal de Cultura, com o apoio da Secretaria Municipal de Educação, e organizado pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, o Festival de Curtas-Metragens em Direitos Humanos Entretodos tem como objetivo fomentar a cultura de Direitos Humanos e estimular a produção audiovisual como meio educativo e gerador de debates acerca dos Direitos Humanos.

Mostra de Cinema Direitos Humanos

<http://www.mostracinemaedireitoshumanos.sdh.gov.br>

Realizada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República em parceria com o Ministério da Cultura, a Mostra é uma produção da Universidade Federal Fluminense (UFF), por meio do Departamento de Cinema e Vídeo, com apoio da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), do Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), do Centro Técnico Audiovisual (CTAV) e da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), com patrocínio da Petrobras e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Filmes

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO. *Acesso à terra*. DVD. São Paulo: PaleoTV/Andhep/Ford Foundation, 2011.

_____. *Direitos Humanos e povos indígenas*. DVD. São Paulo: PaleoTV/Andhep/Ford Foundation, 2010.

_____. *Direitos Humanos, cidades e desenvolvimento*. DVD. São Paulo: PaleoTV/Andhep/Ford Foundation, 2010.

_____. *Direitos Humanos*. DVD. São Paulo: PaleoTV/Andhep/Ford Foundation, 2007.

_____. *Discriminação, minorias e racismo*. DVD. São Paulo: PaleoTV/Andhep/Ford Foundation, 2008.

_____. *Educação e cultura dos Direitos Humanos*. São Paulo: PaleoTV/Andhep/Ford Foundation, 2009.

Longas-metragens: *Batismo de sangue* (Brasil, 2007), *Entre os muros da escola* (França, 2008), *Sobral, o homem que não tinha preço* (Brasil, 2013) e *Hoje eu quero voltar sozinho* (Brasil, 2014).

Documentários: *Pro dia nascer feliz* (Brasil, 2006), *Muito além do peso* (Brasil, 2012) e *Tarja branca: a revolução que faltava* (Brasil, 2014).

Curta-metragem: *O dia em que Dorival encarou a guarda* (Brasil, 1986).

Literatura juvenil que aborda temas dos Direitos Humanos

ALVES, Valdecy. *Declaração dos Direitos Humanos em cordel*. Fortaleza: Tupynanquim Editora, 2009.

AZEVEDO, Jô; HUZAK, Iolanda; PORTO, Cristina. *Serafina e a criança que trabalha: histórias de verdade*. São Paulo: Ática, 1999.

BENNETT, William J. (org.). *O livro das virtudes para crianças*. Trad. Cláudia Roquete Pinto, Ricardo Silveira, Luiz Raul Machado, Lia Neiva, Carlos Alves e Sofia Sousa Silva. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

FILIPOVIC, Zlata. *O diário de Zlata*. Trad. Antônio de Macedo Soares e Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FILIPOVIC, Zlata & CHALLENGER, Melanie (orgs.). *Vozes roubadas: diários de guerra*.

Trad. Augusto Pacheco Calil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

OLIVEIRA, Rui de. *Três anjos mulatos do Brasil*. São Paulo: FTD, 2011.

PHILBRICK, Nathaniel. *A vingança da baleia: a verdadeira história do baleeiro Essex*. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

PIQUEMAL, Michel & LAGAUTRIERE, Philippe. *Fábulas filosóficas*. Trad. Irami B. Silva. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2012.

RIBEIRO, Darcy & ALVES PINTO, Ziraldo. *Noção de coisas*. São Paulo: FTD, 1995.

Matérias de jornal sobre DH

DE LUCENA, Eleonora. Páginas de sangue: os livros pensam a violência urbana. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 29/7/2012.

MAISONNAVE, Fabiano. Escravidão no mundo atinge 30 milhões. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 17/10/2013.

MENDONÇA, Ricardo. Carta faz 25 anos com 112 temas à espera de uma lei: várias normas previstas em 1988 ainda não foram aprovadas pelo Congresso. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 5/10/2013. (Caderno especial sobre o aniversário da Constituição.)

SCHWARCZ, Lília Moritz & MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Um pouquinho de Brasil: por que deveríamos nos reconhecer nas cenas de “12 anos de escravidão”. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 2/3/2014.

SCHWARTSMAN, Hélio. Genealogia da moral: o debate sobre a tortura mostra quão pouco sabemos de nós mesmos. *Folha de S.Paulo*, 3/3/2013.

SPINELLI, Evandro. Integrar as pessoas da cidade coíbe a violência: entrevista com o arquiteto José Armênio de Brito Cruz. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 4/6/2012. (Entrevista sobre a questão da arquitetura social.)

Textos teóricos sobre Direitos Humanos, democracia e cidadania

ADORNO, Sérgio. *Os primeiros 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU*. Universidade de São Paulo, Núcleo de Estudos da Violência, 1999. Disponível em: http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=887&Itemid=122. Acesso em: 19 nov. 2014.

BENEVIDES, Maria Victoria. *A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular*. São Paulo: Ática, 1991. v. 1.

_____. Cidadania e direitos humanos. Em CARVALHO, José Sérgio (org.). *Educação, cidadania e direitos humanos*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 43-65.

_____. *Desafios para a democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Cedac/Oikos, 2005. v. 1.

BENEVIDES, Maria Victoria & SOUSA JUNIOR, José Geraldo. O eixo educador do Plano Nacional de Direitos Humanos. *Revista Direitos Humanos*, v. 5, p. 22-25. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2010.

CARBONARI, Paulo César (org.). *Sentido filosófico dos direitos humanos: leituras do pensamento contemporâneo*. Passo Fundo: Instituto Superior de Filosofia Berthier, 2006.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2005.

COSTA, Paulo Sérgio Weyl A. (coord.). *Direitos humanos em concreto*. Curitiba: Juruá, 2008.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Direitos humanos e cidadania*. São Paulo: Moderna, 2004.

DE LA TAILLE, Yves. *Crise de valores ou valores em crise?* Porto Alegre: Artmed, 2009.

_____. *Formação ética: do tédio ao respeito de si*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MOISÉS, José Álvaro. Cidadania, confiança e instituições democráticas. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, v. 65, p. 71-94. São Paulo: Cedec, 2005.

_____. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, p. 11-43. Universidade de São Paulo, Anpocs, 2008.

_____. Os significados da democracia segundo os brasileiros. *Opinião Pública*, v. 16, n. 2. Campinas: Unicamp, 2010.

MULLER, Jean-Marie. *O princípio da não violência: uma trajetória filosófica*. Trad. Inês Polegato. São Paulo: Palas Athena, 2007.

SCHILLING, Flávia (org.). *Direitos humanos e educação: outras palavras, outras práticas*. São Paulo: Pró-Reitoria de Pesquisa USP/FEUSP/Cortez, 2005.

SCHILLING, Flávia. O direito à educação e a educação como um direito humano: tensões e possibilidades em torno da ideia de Justiça. Em NALINI, José Renato & CARLINI, Angélica (orgs.). *Direitos humanos e formação jurídica*. Rio de Janeiro: Foforense, 2010, v. 1, p. 89-99.

_____. O direito à educação: um longo caminho. Em BITTAR, Eduardo C. B. (org.). *Educação e metodologia para os direitos humanos*. São Paulo: Quartier Latin, 2008, p. 273-283.

VIOLA, Solon. *Direitos humanos e democracia no Brasil*. Porto Alegre: Editora da Unisinos, 2008.

2. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Programas

Ética e Cidadania no Convívio Escolar: uma proposta de trabalho. Brasília: MEC/Secretaria da Educação Fundamental, 2000.

Ética e Cidadania: construindo valores na escola. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2007.

Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos. Nova York/Genebra: ONU, 2006.

Programa Mais Educação São Paulo: subsídios para a implantação. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 2014.

Sites sobre Educação em Direitos Humanos

DHnet (Educação EDH)

<http://www.dhnet.org.br/educar/index.html>

Site com diversas informações sobre EDH e que deve lançar em breve uma enciclopédia de EDH para dar apoio a planos de ação.

Portal de EDH da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania do Município de São Paulo

<http://portaledh.educapx.com>

Observatório de Educação em Direitos Humanos em Foco

<http://observatorioedhemfoco.com.br>

Site com material pedagógico e indicações multimidiáticas.

Matérias de jornal sobre escola e DH

BALMANT, Ocimara. Construção da escola influencia aprendizado. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 2/5/2011.

CADERNO ESPECIAL Quem educa os educadores? *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 4/8/2013.

CANCIAN, Natália & SARRES, Carolina. Violência ou educação? *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 23/11/2011. (Matéria sobre a Lei da Palmada.)

EZABELLA, Fernanda. A arte da paz. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 25/4/2011. (Matéria sobre um professor norte-americano e seu projeto.)

FRAGA, Érica. Educação explica 100% da desigualdade de renda: entrevista com o economista Alexandre Rands. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 17/6/2013.

GOIS, Antônio. Finlândia na favela. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 19/5/2011. (Notícia sobre escola municipal do Rio de Janeiro que obteve excelentes resultados.)

MANDELLI, Mariana. Alunos de baixa renda recebem menos conteúdo. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 29/8/2011.

_____. Localização da escola influencia desempenho do aluno, revela pesquisa. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 2/7/2011.

SHINODA, Alessandro & GALLO, Ricardo. Julia quer ir à escola. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 31/8/2012. (Matéria sobre crianças sem teto que querem estudar.)

Textos teóricos sobre Educação em Direitos Humanos e escola

ARAÚJO, Ulisses F. (coord.). *Temas transversais, pedagogias de projetos e mudanças na educação*. São Paulo: Summus, 2014. (Coleção Novas Arquiteturas Pedagógicas.)

ARAÚJO, Ulisses F. & AQUINO, Julio Groppa. *Os direitos humanos na sala de aula: a ética como tema transversal*. São Paulo: Moderna, 2001.

BENEVIDES, Maria Victoria. *Educação em direitos humanos: de que se trata?* Convent Internacional/USP, v. 6, p. 43-50, 2001.

_____. Educação para a democracia. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, v. 38, p. 223-237. São Paulo: Cedec, 2004.

BUSQUETS, Maria Dolores et al. *Temas transversais em educação: bases para uma formação integral*. Trad. Cláudia Schilling. São Paulo: Ática, 1997.

CANDAU, Vera Maria F. & SACAIVINO, Susana B. (orgs.). *Educação em direitos humanos: temas, questões e propostas*. Petrópolis: DP&A, 2008.

CLAUDE, Richard Pierre. *Direito à educação e educação para os direitos humanos*. Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 2, n.2. São Paulo, 2005.

DUSSEL, Inés. A transmissão cultural assediada: metamorfoses da cultura comum na escola. Trad. Neide Luzia de Rezende. *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 137, maio/ago. de 2009.

MARINHO, Genilson C. *Educar em direitos humanos e formar para cidadania no Ensino Fundamental*. São Paulo: Cortez, 2012. v. 1.

ORGANIZACION DE ESTADOS IBEROAMERICANOS para la Educación, la Ciencia y la Cultura. *Educación, Valores y Democracia*. Madri, 1998.

PONCE, Branca Jurema. Educação em valores no currículo escolar. *Revista E-Curriculum*. v. 5, n. 1. São Paulo, 2009.

RESENDE, José Manuel & GOUVEIA, Luís. As artes de fazer o comum nos estabelecimentos de ensino: outras aberturas sociológicas sobre os mundos escolares. *Fórum Sociológico*, n. 23, p. 10. Lisboa, 2013.

SACAIVINO, Susana B. *Democracia e educação em direitos humanos na América Latina*. Petrópolis: DP&A/Novamerica, 2009.

SAVATER, Fernando. *Ética para meu filho*. Trad. Monica Stahel. São Paulo: Planeta do Brasil, 2005.

_____. *Política para meu filho*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SCHILLING, Flávia. *Direitos humanos e educação: outras palavras, outras práticas*. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Igualdade, desigualdade e diferenças: o que é uma escola justa? *Educação e Pesquisa, Revista da Faculdade de Educação da USP*, v. 39, p. 31-48. São Paulo, 2013.

_____. *Indisciplina, violência e o desafio dos direitos humanos nas escolas*. Brasília: MEC/Programa Ética e Cidadania, 2007.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DE DIREITOS HUMANOS. Os jovens, a escola e os direitos humanos. *Relatório de Cidadania II*. São Paulo: NEV, 2002.

YUS, Rafael. *Temas transversais: em busca de uma nova escola*. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

3. MÉTODOS E EXPERIÊNCIAS SOBRE DEMOCRACIA, PROCESSOS PARTICIPATIVOS, DIÁLOGO E CONFLITOS NA ESCOLA

BENEVIDES, Maria Victoria. *Dicionário de gestão democrática: conceitos para a ação política de cidadãos, militantes sociais e gestores participativos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. v. 1.

BOHM, David. *Diálogo: comunicação e redes de convivência*. Trad. Humberto Mariotti. São Paulo: Palas Athena, 2005.

CECCON, Claudia et al. *Conflitos na escola: modos de transformar*. Dicas para refletir e exemplos de como lidar. São Paulo: Cecip/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS



CIDADE DE
SÃO PAULO
EDUCAÇÃO